

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ANA CAROLINA MATIAS SANTOS

JULIANA KELLY ARAÚJO FLORÊNCIO SANTOS

**ANÁLISE DE CONTEÚDO POLICIAL NO JORNAL
DA CIDADE**

Aracaju

2018

ANA CAROLINA MATIAS SANTOS
JULIANA KELLY ARAÚJO FLORÊNCIO SANTOS

**ANÁLISE DE CONTEÚDO POLICIAL NO JORNAL
DA CIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes
como um dos pré-requisitos para a obtenção do
grau de Bacharel em Comunicação Social com
Habilitação em Jornalismo

Orientadora Polyana Bittencourt

Aracaju
2018

ANA CAROLINA SANTOS MATIAS
JULIANA KELLY ARAÚJO FLORÊNCIO SANTOS

**ANÁLISE DE CONTEÚDO POLICIAL NO JORNAL
DA CIDADE**

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes
como um dos pré-requisitos para a obtenção do
grau de Bacharel em Comunicação Social com
Habilitação em Jornalismo

Aprovada (s) em 06/06/2018.
Banca examinadora

Orientadora Polyana Bittencourt
Universidade Tiradentes

Jaqueline Neves Moreira
Universidade Tiradentes

Juliana Correia Almeida e Silva
Universidade Tiradentes

Dedicamos este trabalho à nossa família,
amigos e mestres que estiveram ao nosso lado
e torceram por nossa vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e capacidade para chegar até aqui e concluir esse trabalho. Aos meus familiares por nunca questionarem a minha escolha de curso e sempre me apoiarem, orarem por mim e estarem sempre ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus amigos, BE, AP, MS, RB, AR, MC, DR e todos os outros que não coloquei a sigla aqui, por me aguentarem, me amarem e me apoiarem sempre, sem vocês eu teria pirado.

A minha dupla Juliana por ser a melhor dupla que eu poderia ter, por ter segurado as pontas quando não pude e por ter confiado em mim em diversas situações. A minha orientadora e melhor professora do curso, Polyana Bittencourt, por ter nos auxiliado e nos acompanhado durante toda a nossa jornada dentro da Universidade Tiradentes. Você nos inspira Poly.

Por último e o mais importante, agradeço ao meu pai, Givaldo dos Santos, por acreditar em mim durante toda a minha vida, me apoiar, cuidar e amar. Obrigada por ser o melhor pai do mundo, eu não seria quem sou sem você, essa monografia é para você pai.

AGRADECIMENTOS

“E não nos cansemos de fazer o bem, pois no tempo próprio colheremos, se não desanimarmos.” Gálatas 6:9. Primeiramente gostaria de agradecer aquele que nunca me deixou, nunca me desamparou, como é maravilhoso saber que sua misericórdia e graça me alcança todos os dias, sem Ti meu Jesus nada disso seria possível, obrigada!

Gostaria de render graças e dedicar essa monografia especialmente aos meus pais, Juca e Kelen, minha irmã Nicolay, e aos meus tios Caren e Edson, por todo amor, carinho, proteção, compreensão e apoio pela minha escolha de curso, sem vocês não viveria nada disso. Agradeço também aos demais familiares por toda torcida, amo vocês.

Não posso esquecer de citar aqueles amigos de todos os momentos que me aturam, me amam e me cuidam sempre, Rafa, Anne, Drica, Dessa, Monyque, Patrick, vocês são únicos!!!

Tenho que agradecer imensamente a dupla mais incrível que poderia existir. Uma coisa eu tenho que dizer, tenho orgulho de ter feito essa monografia com você, formamos uma equipe e tanto, você é demais, Carol. Agradeço a melhor professora e orientadora, Polyana Bittencourt. Obrigada por nos guiar com tanta atenção e cuidado, você nos inspira!

*"Rendam graças ao Senhor, pois ele é bom;
o seu amor dura para sempre. "*

1 Crônicas 16:34

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma análise de conteúdo sobre os critérios de noticiabilidade utilizados nas notícias do caderno B do jornal da Cidade, no período do dia 24 de fevereiro a 16 de março de 2018. Com o desafio de compreender melhor, o aspecto central do princípio de informação, será entendida como se dá a construção de uma notícia e os processos de produção, divulgação e o consumo das informações no segmento policial. É possível, através da análise, observar quais os traços característicos da notícia policial e compreender os fenômenos desse gênero e os critérios de noticiabilidade. A proposta é observar os processos de seleção e construção das notícias que foram utilizados pelo jornal, os critérios de noticiabilidade que foram aproveitados em cada notícia e a aplicação da teoria do enquadramento em informações policiais. O jornalismo impresso tem o dever de levar ao público as notícias com um diferencial. Um dos deveres do jornalismo policial é noticiar, desvendar mistérios e fatos ocultos, e de suma relevância estudar e analisar o jornalismo policial e a cobertura utilizada em casos policiais. O Jornalismo Policial nutre-se de fenômenos sociais que se revestem de bastante impacto na sociedade e, é notável como nos últimos anos os meios de comunicação estão vinculando de forma maior as informações e acontecimentos voltados para a criminalidade. Apesar disso, matérias que tratam de fatos policiais sempre estiveram presentes nos jornais impressos. Matérias de cunho policial que sempre causam grande impacto na sociedade necessitam de maior atenção na apuração de todos os fatos no qual este foi inserido. No entanto, os meios de comunicação também têm enfatizado os aspectos da violência até como forma de audiência seja o meio que for.

Palavras-Chave: Jornalismo Policial; Critérios de noticiabilidade; análise de conteúdo; Jornal da Cidade.

ABSTRACT

The present study aims to perform a content analysis on the newsworthiness criteria used in the news of notebook B of the newspaper of the City, from February 24 to March 16, 2018. With the challenge of understanding better, the central aspect of the information principle will be understood as the construction of news and the processes of production, dissemination and consumption of information in the police segment. It is possible, through the analysis, to observe the characteristic traits of the police news and to understand the phenomena of this genre and the criteria of newsworthiness. The proposal is to observe the processes of selection and construction of the news that were used by the newspaper, the newsworthiness criteria that were used in each news and the application of the framing theory in police information. Printed journalism has a duty to bring the news to the public with a differential. One of the duties of police journalism is to report, unravel mysteries and hidden facts, and of great relevance to study and analyze police journalism and the coverage used in police cases. Police journalism feeds on social phenomena that have a lot of impact on society, and it is remarkable how in recent years the media are linking in a greater way information and events focused on crime. Nevertheless, matters dealing with police events have always been present in print newspapers. Police matters that always have a great impact on society require more attention in the investigation of all the facts in which it has been inserted. However, the media has also emphasized the aspects of violence, even as a form of audience, as it is.

Keywords: Journalism Police; Criteria of newsworthiness; content analysis; Newspaper of the City.

LISTA DAS FIGURAS DAS MATÉRIAS

Figura 1 – “Uso de tornozeleira em presos cresce em Sergipe”	45
Figura 2 – “Bullying: escolas podem ser responsabilizadas civilmente”	48
Figura 3 – “Celulares, drogas e armas são apreendidos”	50
Figura 4 – “Suspeito de assaltar parque dos Falcões é morto no RJ”	52
Figura 5 – “Porte de arma é um direito do cidadão de bem?”	54
Figura 6 – “Violência doméstica: 600 processos serão julgados”	56
Figura 7 – “SE registra cinco casos de feminicídio neste ano”	59
Figura 8 – “Aracaju é a 18ª em ranking de violência”	61
Figura 9 – “Tiro pode ser a causa”	63
Figura 10 – “Itabaiana tem uma morte violenta a cada dois dias”	65

LISTA DE QUADROS

1 Quadro: Comparativo.....	67
----------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....	15
2.2 ENQUADRAMENTO DA NOTÍCIA.....	19
3 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....	24
3.1 NEWSMARKING POR WOLF.....	29
3.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE POR WOLF.....	31
4 JORNALISMO POLICIAL: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	35
2.4.1 CONCEITO JORNALISMO POLICIAL.....	36
2.4.2 O DIA A DIA DO PROFISSIONAL.....	37
2.4.3 O SENSACIONALISMO.....	39
5 HISTÓRIA DO JORNAL DA CIDADE.....	42
5.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	43
5.2 MATERIAL DE ANÁLISE.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE.....	73

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise de conteúdo sobre os critérios de noticiabilidade utilizados na construção das notícias policiais veiculadas no Jornal da Cidade do dia 24 de fevereiro de 2018 ao dia 16 de março do mesmo ano.

A partir dessa primícia foram selecionadas dez notícias publicadas dentro do período citado acima. Com o desafio de então compreender melhor, o aspecto central do princípio de informação, serão entendidas como se dão a construção de uma notícia e os processos de produção, divulgação e o consumo das informações no segmento policial. Posteriormente, analisam-se os critérios de noticiabilidade que foram utilizados para a transformação do acontecimento em notícia.

Levando em consideração o papel fundamental da imprensa na sociedade, como forma de manter o cidadão devidamente informado sobre os fatos que o cercam, esses também servem como forma de controle de políticas dos entes públicos, visto que através das matérias, elas fazem com que o sujeito possa exercer sua cidadania de forma eficaz.

Tendo esse entendimento é necessário levar em apreço todos os parâmetros para a construção de uma notícia para que esta venha cumprir a sua finalidade.

E com isso surgem os critérios de noticiabilidade e estes se revestem de profunda importância para o jornalista e os editoriais. Eles selecionam aspectos da informação e organizam, firmando um pensamento sobre a temática e, promovendo um entendimento completo sobre determinado assunto.

Por essa razão, a análise de conteúdo é utilizada com o fim de abranger os critérios utilizados pelo Jornal da Cidade na elaboração das dez notícias policiais. Partindo do pressuposto que esses critérios não fogem à regra nas matérias policiais.

Considerando a forma como é realizada a construção da matéria, é possível analisar quais os traços característicos da notícia policial e compreender os fenômenos desse gênero e os critérios de noticiabilidade.

Esse debate parte também do conceito e estudo da história do Jornalismo Policial, sua chegada ao Brasil e o gênero de narrativa, que pode ser reconhecida pela imprensa como uma forma de organizar os fatos.

O Jornalismo Policial nutre-se de fenômenos sociais que se revestem de bastante impacto na sociedade e, é notável como nos últimos anos os meios de comunicação estão vinculando, de forma maior, as informações e acontecimentos voltados para a criminalidade. Por exemplo, em um caderno de cidades em um jornal local encontram-se, em maioria, as notícias sobre assaltos, assassinatos e delitos criminosos. Se tornando cada vez mais comum ler manchetes com os seguintes assuntos: “Idoso é morto após reagir a assalto”; “Mulher é agredida por ex-namorado por não aceitar o término”, “Jovem é preso por tráfico de drogas e armas”.

Matérias que tratam de fatos policiais sempre estiveram presentes nos jornais impressos. O Jornal da Cidade foi escolhido por ter uma maior abordagem das notícias policiais do Estado de Sergipe e ser bastante respeitado no jornalismo local.

A escolha de estudar dez notícias publicadas, a partir do dia 24 de fevereiro ao dia 16 de março de 2018 foi feita a partir de uma triagem onde foram separadas as matérias jornalísticas e textos de assessoria mais conhecidos como releases.

A utilização de releases tem crescido de forma exponencial com o acúmulo de tarefas pelos jornalistas. As matérias não têm uma abordagem para informar o cidadão e sim uma forma de propaganda, principalmente do Governo quando se utilizados releases enviados pela Secretaria de Segurança Pública ou Secretaria de Justiça. Por esse motivo foi optado por não utilizar textos de assessoria na análise.

A mídia passou a ser utilizada como contra poder e ficou conhecida como quarto poder no estado democrático, enquanto que a liberdade de imprensa se consolidou importante e imprescindível na luta da democracia na nossa sociedade (GAURESCHI, 2007). Dessa forma, a população sempre recorre aos meios de comunicação para serem informados e criarem opiniões sobre o que tem acontecido no mundo e principalmente, na sua região, na sua cidade e seu bairro.

Nesta finalidade, o jornalismo impresso tem o dever de levar ao público as notícias com um diferencial. O fato de ser o meio de comunicação mais antigo e que é realizado de forma mais tranquila comparando com as mídias digitais que tem uma rotina mais acelerada por conta do ineditismo, o jornal impresso pode abordar os acontecimentos de um jeito mais detalhado, explicando todas as situações com

várias vertentes diferentes, tendo um maior cuidado com o que entra daquela informação.

Um dos deveres do jornalismo policial é noticiar, desvendar mistérios e fatos ocultos através de estudos, apuração dos fatos e conversas com testemunhas, vítimas – se for o caso – e fontes oficiais relacionadas ao assunto que será abordado. É sempre um assunto muito esperado pela população, pois, diz respeito a todos.

É de suma relevância estudar e analisar o jornalismo policial e a cobertura utilizada em casos policiais, para que, através deste estudo, seja possível notar como as notícias são publicadas/divulgadas, o trabalho de construção, o enquadramento e critérios utilizados para a seleção de um material tão vasto, visto que, todos os dias têm diversos acontecimentos policiais no estado.

Nesse sentido, é importante o estudo sobre jornalismo impresso, mesmo no mundo contemporâneo, onde a internet parece ter tomado seu espaço, pois esse ainda se encontra com uma boa credibilidade e idoneidade exatamente por ser pautado com mais vigor e responsabilidade nos fatos narrados.

E esse projeto é importante porque as matérias de cunho policial causam grande impacto na sociedade e necessita de maior atenção na apuração de todos os fatos no qual este foi inserido, pelo fato que o jornalismo tem grande poder de influência no corpo social e pode ditar o rumo de uma comunidade. Isso faz com que jornais impressos, pela sua estrutura, não se revistam de tanto sensacionalismo como os demais meios de comunicação.

No entanto, os meios de comunicação também têm enfatizado os aspectos da violência até como forma de audiência seja o meio que for. E o presente estudo visa analisar como o Jornal da Cidade busca fazer a comunicação de matérias de extrema relevância social e o papel desse jornalista.

Segundo Goffman (2006), o conceito de enquadramento se dá pelo relacionamento dos fatos noticiosos com os indivíduos que receberão a notícia. A análise deste relacionamento é realizada particularmente em cada sujeito que recebe a notícia, com o objetivo de descobrir como é o envolvimento particular dele com a dada informação social. O enquadramento faz parte de um sentido mais amplo de compreensão do jornalismo, implicando diretamente com a ação jornalística na construção da realidade social.

O presente trabalho se divide em três capítulos sendo que o primeiro destaca a construção da notícia, explicando como os episódios do cotidiano se tornam notícias e são veiculadas nos jornais impressos. Neste capítulo também é compreendido o enquadramento noticioso, como são selecionados os acontecimentos e os aspectos da realidade.

Analisando os critérios de noticiabilidade, assunto tratado no segundo capítulo, este apresenta as relevâncias para as utilizações dos critérios na construção da notícia, pois, entende-se que é através deles que são escolhidas as informações que entram na edição final de cada notícia.

De acordo com Wolf (1995) existe uma forma de explicar os critérios de noticiabilidade através de classificações. Cinco categorias são elencadas com o intuito de expor os processos de criação, seleção e estudo das informações que chegam às redações dos meios de comunicação. As cinco categorias são 1. Substantiva; 2. Relativos ao Produto, 3. Relativos ao Meio de Comunicação, 4. Relativos ao Público, e a 5. Relativos à Concorrência.

Ainda no segundo capítulo é aberta uma discussão sobre o Jornalismo Policial, como se constrói seus conceitos e características da profissão. Para que todo o processo da construção da notícia seja entendido, o objetivo deste capítulo é destrinchar as categorias da especialização policial, o meio de atuação do jornalista e as abordagens que a profissão o leva a obter.

Finalizando a compreensão sobre os processos para construção da notícia, no terceiro capítulo realiza-se a análise de conteúdo a fim de pautar os métodos aplicados em cada uma das dez notícias analisadas e quais os critérios de noticiabilidade mais utilizados pelos jornalistas do Jornal da Cidade para a seleção de um fato e assim transformá-los em notícia explicado em formato textual e tabela. Também no terceiro capítulo durante a análise são abordados aspectos e questionamentos que faltaram na construção das matérias estudadas.

O último capítulo contará com as considerações finais, onde, será apresentado um estudo geral de tudo o que foi escrito e analisado dentro desta monografia. Todas as observações e considerações serão escritas e compactadas de forma explicativa comparando o que foi exposto na parte teórica, sobre construção da notícia, enquadramento, critérios de noticiabilidade e jornalismo policial com os resultados obtidos após a análise textual.

2 Construção da notícia

A construção da notícia é discutida por angulações diferentes na visão de alguns pesquisadores como Alsina (2009) e Lage (2006). Neste capítulo o tema será apresentado de forma conceitual e articulado com outras teorias que levam à compreensão do processo da elaboração da notícia. Agendamento, critérios de noticiabilidade, enquadramento e *gatekeeper*. Conceitos que auxiliarão contemplar o objeto de estudo a ser apresentado posteriormente nesta monografia.

A construção da notícia é um processo onde o redator do fato, destrincha um acontecimento, de onde até onde acha melhor e importante para conhecimento da população. Nilson Lage (2006) explica que através da importância do acontecimento, dos critérios de noticiabilidade utilizados pelo meio de comunicação para a seleção de fatos e do interesse da população, é que se define a estrutura, título, lead, subtítulo, desfecho, o corpo da notícia.

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. (LAGE, 2006, p. 16)

É o leitor, que de forma inconsciente, dita como um fato pode ser abordado por aquele meio de comunicação. Previamente, os jornais impressos estudam o seu público, aqueles que de fato consomem as suas notícias e assim define o que chama ou não chamará atenção e de que forma chamará a atenção do leitor.

O modo como o acontecimento é abordado, explicado e exposto ao leitor, vai refletir indiretamente a experiência de vida, a vivência do autor da notícia. Nem tudo o que acontece, o que é descoberto na hora da checagem dos fatos entra no texto final, seja por decisão do jornalista que escreve, do que edita ou de quem autoriza a publicação do texto.

Existem algumas teorias do jornalismo que ajudam a explicar aspectos de seleção da notícia, por exemplo, a teoria do *gatekeeper* (1947) que descreve exatamente como é o processo de hierarquia na seleção do que vai ou não ser publicado, o que é ou não notícia. No ano de 1950, David Manning White (1993), estudou e aplicou no jornalismo a teoria do *gatekeeper* ao perceber como eram as relações com as notícias dentro das redações. Ele resolveu observar e estudar quais pontos funcionavam como “cancelas” e através desse estudo, percebeu que a

seleção das notícias eram arbitrárias e subjetivas, tendo muitas sido ignoradas por falta de espaço nos jornais.

Donos dos jornais ou chefes de redação, são os que definem o que entra ou não na versão final do impresso, seriam, explicando de modo mais popular, os porteiros da cancela exemplificados na teoria do *gatekeeper* já que *gate* significa portão e *keeper* guardador ou porteiro.

Na hora da escrita do texto, os eventos narrados não estarão necessariamente em ordem, de acontecimento. Serão feitos recortes informativos e de linha do tempo, e após isso, serão apresentados fatos de acordo com a perspectiva de quem conta e do entendimento do fato, de acordo com a perspectiva de quem lê. Nilson Lage (2006) expõe três fases da produção da notícia; a seleção dos eventos, ordenação dos eventos e a nomeação.

Gaillard (1972 apud Alsina, 2009) explica que dentro das técnicas do jornalismo, às vezes, a passagem dos fatos para o texto tem sido simplificada de maneira excessiva. Isso se dá com a rapidez em que os fatos correm os meios de comunicação. E Grossi (1958b:378 apud Alsina, 2009) completa que a realidade não pode ser totalmente diferente de como os comunicadores a interpretam, a internalizam, a reelaboram e a definem histórica e culturalmente.

A seleção, como explicado antes, ocorre através de um repertório de vivência daquele que escreve sobre algum acontecimento, a ordenação que foi citada acima também, se dá quando, aquele que escreve, descreve/conta para o seu leitor o que aconteceu, não necessariamente de forma sequencial. O autor do texto escreve da forma que julgar interessante a sequência dos fatos, podendo descrever desde o início da ação ou desde o desfecho, vai depender de onde está o clímax do acontecimento.

Por exemplo, ladrões invadem uma agência bancária, a polícia chega, troca tiros com os bandidos, mas eles conseguem fugir levando uma quantia considerável. O fato mais importante está no final da informação, que é a fuga mesmo com a tentativa da polícia de impedir tanto o roubo, quanto a fuga.

A nomeação acontece, quando, após a escrita do acontecimento, se descobre o ápice e dele sai título e subtítulo, onde chama atenção do leitor para o fato.

Veron (1981 apud Alsina, 2009) explica que é a mídia quem cria a realidade social, pois, os acontecimentos chegam até nós através dela e é

construído com base na sua realidade social, ou seja, a construção da notícia se dá pela experiência de vida, a visão de mundo que o jornalista tem. Já Alsina (2009) vê que os jornalistas têm a missão de reunir os temas mais importantes e dar sentido a eles.

Alsina (2009), de maneira mais abrangente, explica que a construção da notícia é feita em três etapas, apesar da semelhança na quantidade, às etapas são diferentes, por que para ele, a primeira etapa é a produção, a segunda a circulação e a terceira o consumo.

A produção se dá na escrita do texto, no destrinchamento do acontecimento, a construção da narrativa, a história contada. A circulação é a venda do jornal pronto, a entrega para a banca e a venda ao leitor/consumidor. Por fim o consumo, que é quando o leitor ao adquirir o jornal na banca toma para si às informações e forma sua opinião a cerca dos acontecimentos apresentados.

De acordo com Alsina (2009) a notícia é uma parte do jornalismo que une as informações e conhecimentos sobre determinados assuntos da sociedade. Toda notícia é um acontecimento, mas nem todo acontecimento é notícia. Ele também explica que os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhe sentido.

Para que aconteça a redação dos acontecimentos, existe um processo de triagem de acontecimentos, os critérios de noticiabilidade, onde os fatos são selecionados, e aprofundados, até porque, hoje com o grande alcance da internet, tudo está em todos os lugares. Fotos são facilmente feitas pelos smartphones, que estão nas mãos de toda população, e publicadas com uma legenda básica onde o autor da publicação diz onde, quando e o que aconteceu ali.

Apesar da história de que uma imagem vale mais que mil palavras, mil palavras explicam o que uma imagem deixa intrínseco ali. É dever dos jornalistas explicar o que está sendo apresentado ao público e de que forma será apresentado através de checagem e da sequência do que já é de conhecimento público e do público.

Como por exemplo, a prisão de um rapaz em um shopping da capital. Através de um acontecimento como esse, o jornalista vai buscar o motivo da prisão, se antes daquela apreensão, se o rapaz já tinha passagem pelo sistema por algum outro delito e o que acontecerá com ele. Será enviado a uma unidade prisional?

Será solto? Qual a infração cometida? Qual a pena, caso condenado que ele pegará? Existe uma grande quantidade de ocorrências daquele tipo naquele local?

Questionamentos darão o tom da matéria, do texto veiculado e durante a narração do fato, é importante o uso da terceira pessoa no decorrer da história. Lage (2006) fala que o uso da terceira pessoa é obrigatório principalmente quando o jornalista ou o jornal que conta a história está envolvido na mesma, já que em um caso como o que foi dado como exemplo, o jornalista poderia estar presente e até ser o autor da denúncia que culminou na prisão do rapaz, ao reconhecê-lo de algum lugar.

Alsina (2009) fala que os jornalistas são construtores da realidade ao seu redor, porém, conferem a essa realidade um estilo narrativo e ao divulgá-la tornam essa realidade pública do dia a dia. Levando em consideração essa afirmação e a opinião de Lage (2006), de que o jornalista deve manter-se longe do discurso, eu disse, eu acho e da utilização da primeira pessoa.

É importante manter esse tipo de abordagem para a credibilidade do assunto, apesar de que é impossível não colocar a visão do jornalista enquanto redator, contador de histórias ali, afinal o trabalho de um jornalista é contar histórias e explicar o que aconteceu.

O jornalista para contar uma história e narrar uma notícia, busca fontes para trazer mais realidade para o texto, deixando que vários lados contem a sua história. Geralmente as fontes são órgãos oficiais como a polícia, os envolvidos diretamente (acusados e vítimas) e os envolvidos indiretamente (testemunhas). É através do depoimento de cada um deles, que um texto jornalístico é desenvolvido e tem o máximo de fidelidade sobre o acontecimento.

Basicamente, cada um tem uma função na história, e sua versão tem que ser contada. A versão que chamar mais atenção do autor, ou que venha a ser mais interessante para o público, dará o tom para a narrativa.

Existem algumas características que tornam um acontecimento notícia. Essas características são conhecidas como critérios de noticiabilidade. Morte, proximidade, ineditismo, entre outros, dizem quando o assunto pode se tornar notícia e em alguns casos, ganhar destaque na capa do jornal.

E após a utilização dos critérios de noticiabilidade para a construção da notícia, fica claro que uma notícia é relevante quando afeta diretamente o cotidiano

da sociedade. E por isso, logo foi escolhido o jornalismo policial, por que o que mais interessaria a população que mortes, assaltos, fraudes, e outros temas.

Para que um discurso seja efetivamente informativo, deve acontecer um contrato pragmático fiduciário. Devemos acreditar que isso que se diz é verdade, e que aconteceu de fato assim mesmo. Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação. (ALSINA, 2009, p. 48)

Credibilidade é algo difícil de conquistar e fácil de perder. Como Alsina (2009) explica na citação anterior, para que o que o jornalista narra seja efetivamente informativo, o mesmo deve gozar de credibilidade. Caso não tenha, suas informações perderão o sentido e não servirão para a informação.

A construção da notícia deve ser munida de conhecimento, seleção de fatos e interação daquilo que o leitor gosta de ler e como gosta de ler. O enquadramento diferencia um jornal do outro e principalmente, um jornalista do outro.

O enquadramento aplicado na construção da notícia é única e exclusivamente do autor. Apesar de existir um padrão para cada meio de comunicação, que varia de acordo com linha editorial, política, entre outras coisas, mesmo assim o autor do texto deixa sua marca ao escrever já que toda história é contada através de uma perspectiva, ou seja, a perspectiva de quem escreve.

2.2 Enquadramento da Notícia

Durante uma roda de conversa, durante um diálogo são contadas histórias e acontecimentos, porém elas são sempre contadas de acordo com a perspectiva de quem a conta. Certa ou errada não importa, aquele que a escuta, aquele que a absorve, toma para si como conhecimento e respectivamente compartilha a informação com terceiros. Bem assim é na notícia.

Diversos fatos acontecem na sociedade, porém o jornalista escolhe o que será noticiado, o que será compartilhado, no caso do jornal impresso, com seus leitores. É de acordo com o enquadramento (GOFFMAN,1986), que o jornalista utiliza o que será definido e como o fato será compartilhado com a população. Isso se chama enquadramento noticioso.

Para obter um melhor entendimento sobre o enquadramento é necessário ponderar como se deu o surgimento da teoria através de análises antes realizadas. Um dos primeiros estudiosos sobre a teoria do enquadramento sistemático é o

sociólogo norte-americano Goffman (1974), que é utilizado por diversos autores brasileiros quando estudam como as notícias são transmitidas ao interlocutor. Para descobrir como o enquadramento é realizado, precisa-se entender qual o público-alvo do determinado meio de comunicação que está sendo analisado, relacionando a empresa de comunicação com quem está recebendo a notícia. É basicamente um estudo sobre o interesse de quem está assistindo, lendo ou ouvindo a notícia. Usando o ponto de vista do interesse do público-alvo, o enquadramento é definido por Goffman (1986) de tal maneira:

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. (GOFFMAN, 1986, p. 11, apud ALBERTO, 2009 p.4)

Indo de encontro com essa perspectiva, o autor define o enquadramento como sendo um elemento básico que a mídia usa para moldar um acontecimento, escondendo e destacando alguns aspectos. Desta forma, são recortados determinados ângulos dos acontecimentos, tornando-os mais conhecidos e reais. Isto é a mídia organizando os eventos sociais, tornando-os facilmente compreendidos pelo receptor, contudo, é uma forma de conduzir o leitor no que pensar.

Desde meados de 1980 diversos autores vêm estudando o conceito de enquadramento no conteúdo midiático. Entre esses autores pode-se destacar Entman (1993), pois é o que melhor se aproxima do conceito. Para o autor, “enquadrar” nada mais é que uma atividade de percepção, onde o comunicador foca e realça determinadas partes da nossa realidade.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN apud AUGUSTO, 2013 p. 7).

Algo que chama bastante atenção, é que o conceito de enquadramento pode ser perceptivo aos pesquisadores, pessoas que estudam a teoria e analisam todos os lados da notícia. Porém, para o receptor da notícia, é praticamente invisível a presença de cortes no acontecimento (ENTMAN, 1993, p. 53). Para a seleção dos

aspectos da realidade o autor salienta ser necessário responder quatro funções que posteriormente será possível desenvolver o enquadramento; A problemática, causas motivadoras, os autores envolvidos e averiguar se há necessidade de possíveis reparos e a quem é confiado à capacidade de decidir algo. Por meios dessas funções é aceitável a moldagem empregada na notícia através dos meios de comunicação.

Porto (2002) define os conceitos de enquadramento noticioso como “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados pelos jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, apud ALVES E ADEMIR, 2013, p. 5). Tais enquadramentos acabam por ser selecionados pelos comunicadores para obter o ângulo desejado ao seu texto jornalístico.

Por exemplo, em determinado assunto policial, onde um menor de idade é suspeito de assassinar um colega de classe em sua escola, o jornalista utiliza de palavras, ideias, adjetivos e expressões na sua escrita, como forma de maquiar a transmissão da total informação sobre o acontecimento social. Através dessas técnicas, o jornalista torna públicos apenas, relatos da família que tiveram a perda, e raramente o da família do suspeito.

O enquadramento torna possível a alteração de fatos sociais de acordo com a percepção que o emissor deseja passar para o receptor. Outro fato, é que os enquadramentos das notícias tendem a variar de acordo com o meio de comunicação utilizado para obtê-la.

Como define Etman (1993) que o enquadramento da notícia é que está sendo selecionado para ser constatado para o leitor, o meio de comunicação como instituição ou a mídia que está sendo usado vai inferir na forma como acontece esse enquadramento. Visto que esses meios emitem um determinado juízo de valor sobre o problema, a notícia, em questão. E o jornalista finda por assumir a forma de pensar e de divulgar determinado acontecimento.

As empresas têm a sua filosofia e até mesmo o seu posicionamento sobre determinado tema na sociedade e esse redator acaba por assumir em parte aquele ponto de vista, ou melhor, aquela forma de enxergar e desenvolver a notícia. A maneira como eles percebem o fato influencia na forma com que a informação é percebida pelo receptor desta.

Posteriormente a definição da problemática, o autor motiva o emissor mostrar ao receptor os motivos do fato. Neste passo o jornalista necessita tratar os

fatos e acontecimentos que divulgará com a veracidade, tratando a notícia de forma coerente e precisa. O dever do jornalista é com a verdade, independente do manual de redação que usará.

O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação. (FENAJ, 2007 p.1)

O jornalista tem ciência de que toda e qualquer notícia pode ser manipulada, porém, o que é levado em consideração são os princípios utilizados pelo profissional, que não deve faltar com a ética sobre os fatos de origem. A determinação de Entman (2007) é que para enquadrar seguindo os primórdios básicos do jornalismo, o repórter deve estar comprometido com as fontes e os envolvidos, veiculando somente o que é necessário e real.

Outra função no processo de enquadramento é a definição dos autores envolvidos no caso. Neste momento, o jornalista necessita ser minucioso para determinar a pessoa relevante na história e outra que não seja. Novamente Entman (2007) define que enquadrar é selecionar, pois cada passo para moldagem da notícia precisa da escolha dos fatos pelo jornalista. Por fim, o autor diz que é necessário deixar bem claro a resolução do problema, e como ficou decidida a última conclusão do acontecimento.

Nesse sentido, Entman (2007) defende que o meio de comunicação é diretamente influenciador na forma como a estrutura é montada, onde este pode enfatizar determinados aspectos da notícia em detrimentos de outros. Portanto, o meio de comunicação organiza o acontecimento e pode até construir um pensamento, durante o passo a passo da resolução da notícia, ele escolhe e despensa fatos, expõem as provas obtidas e utiliza fontes de informações seguras para a finalização.

A mídia pode influenciar em como e sobre como a população deve olhar e pensar sobre um determinado assunto. Foram gerados dois métodos para o entendimento do enquadramento noticioso. O quantitativo e o qualitativo.

Enquanto que o quantitativo é utilizado para definir a quantidade de tempo e espaço que é utilizado para a notícia onde ela é divulgada, o qualitativo observa o texto através de uma análise textual que será aplicada, onde observaremos como estão sendo tratadas as notícias policiais pela grande mídia impressa sergipana.

Ambos os níveis podem ser utilizados a fim de observar todo o processo realizado até a chegada da notícia a população.

As notícias policiais em jornais impressos têm uma visão superdimensionada sobre a insegurança e a crescente criminalidade. As estratégias e a narrativa utilizada pelos jornais vão de encontro com o enquadramento utilizado pelos seus redatores, fazendo com que os leitores aceitem todos os fatos impressos pelos olhos do próprio jornal.

Estratégias de controle social e de segurança dirigidas contra as classes populares, moradores de favelas e de periferias, através de campanhas de lei e ordem, legitimadas por processos de ideologização articuladas a partir de veículos de comunicação de massa. (COUTO apud LESSA E SILVA, 2016 p.4)

Porto (2002) é um dos autores brasileiros que entende e estuda o enquadramento de Goffman (1974). Segundo ele os enquadramentos noticiosos são padrões de surgimento, seleção e destaque, que os jornalistas usam como forma de organizar os relatos do acontecimento e do fato.

No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros. Nesta categoria estão, por exemplo, o “enquadramento de interesse humano”, que focaliza a cobertura em indivíduos, ou o “enquadramento episódico”, com sua ênfase em eventos. (PORTO, 2002 p.15)

O autor também diz que existem dois tipos de enquadramento; os noticiosos e os interpretativos. Ainda de acordo com Porto (2002) a diferença entre esses dois tipos é de onde ela vem, qual é a sua fonte. Enquanto que o enquadramento noticioso é formado por profissionais de comunicação, os jornalistas, o enquadramento interpretativo é elaborado por indivíduos políticos e sociais.

Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico. Entretanto, as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas. (PORTO, 2002, p. 16)

A imprensa é fundamental para a efetivação do Estado Democrático de Direito e, o enquadramento da notícia defendido por Goffman (1986) é um pressuposto necessário que traz segurança e um padrão a informação. Essas diretrizes fazem com que um fato, por mais que exista enquadramento de interesse humano ou episódico, ou seja, perspectivas diferentes diante de um fato, o ajustamento cobre a notícia com credibilidade, visto que esse vem formatar e

organizar um determinado pensamento. Esses ângulos têm o intuito que o receptor consiga entender de forma clara o que está sendo informado, definindo como a sociedade irá perceber.

3 Critérios de noticiabilidade

Neste momento será entendida a relevância da utilização dos critérios de noticiabilidade para a construção da notícia, pois é através dele que se sabe o que deve entrar ou não na versão final de um noticiário. Melém (2011), Wolf (2008) e Traquina (2008) serão alguns dos autores citados para o embasamento teórico utilizado para confirmar necessidade e eficácia desse passo.

Os critérios de noticiabilidade são importantes porque eles selecionam o que entra ou não entra em um meio de comunicação. A todo o momento, diversas informações chegam às redações dos jornais, e é através da triagem realizada baseada nos critérios de noticiabilidade que os jornalistas sabem o que deve e o que não deve ser publicado.

[...] os critérios de noticiabilidade correspondem ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícia. Sendo assim, a noticiabilidade está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção: ela equivale a introduzir práticas de produção estáveis numa “matéria-prima” (os acontecimentos do mundo), por sua natureza extremamente variável e imprevisível. (WOLF, 2008, p. 196 apud SE LIGA SUL, 2016).

O roteiro cultural do jornalista e do editor costuma ter uma grande influência na hora da triagem dos acontecimentos através dos critérios, tendo em vista que, o que cada um viveu, dita como ele enxerga o fato.

Isso é explicado por Wolf (1996 apud SILVA, 2005) como um complexo de requisitos que se exige. Essa exigência pode vir do ponto de vista da estrutura do trabalho, no caso das redações ou do ponto de vista do jornalista.

Dos acontecimentos mais apresentados aos jornalistas, estão os de conteúdo policial, por exemplo, já que nos últimos tempos, a violência ganhou proporções inimagináveis em todo o país. Assaltos, mortes, ameaças acontecem

todos os dias e é através dos critérios que se podem observar quais assuntos merecem publicação e até mesmo, destaque, como a capa do jornal, por exemplo.

Traquina (2007 apud Silva, 2005) entende que as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto.

Na teoria do *newsmaking* fica claro que a notícia é como é porque segue um modelo, pré-concebido pela indústria. Não a indústria como um todo, já que cada um faz a notícia de uma forma, mas sim, como o seu meio determina. Esse tópico ficará mais claro adiante quando for explicado por Wolf (1995).

Para Lino e Francisco (2010) o processo de seleção da notícia, envolve a caracterização dos fatos, o julgamento pessoal do jornalista, as diretrizes da empresa, a qualidade do material a qual se tem acesso, a relação do jornalista com as fontes e com o público, os fatores éticos e circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. Silva (2005) concorda e explica a importância de estudar a seleção da notícia ou dos fatos em si.

Estudar a seleção implica, inclusive, rastrear os julgamentos próprios de cada seletor, as influências organizacionais, sociais e culturais que este sofre ao fazer suas escolhas, os diversos agentes dessas escolhas postados em diferentes cargos na redação, e até mesmo a participação das fontes e do público nessas decisões. (SILVA, 2005, p. 98)

Traquina (2007) também afirma que os fatos são noticiáveis porque representam a inconsistência e a imprevisibilidade, e esses acontecimentos têm significados para a população. Já para o jornalista Mário Erbolato (1981), deveriam ser respeitados os seguintes critérios de seleção para a publicação de matérias: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, consequências, entre outros.

Ainda segundo Traquina (2005), as notícias sobre morte estimulam um grande interesse na população, se tornando assim vital para o jornalista, pois atrai público. Por isso, o autor explica que onde ocorrer morte, a cobertura jornalística é

tida como certa e este valor-notícia se torna fundamental para o trabalho do jornalista.

É importante não confundir a seleção da notícia com valor-notícia. A seleção de notícia é a hierarquização das informações e valor-notícia é o fato e suas características.

[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia' (TRAQUINA, 2008, p. 63 apud SE LIGA SUL, 2016)

A internet tem possibilitado atualmente, o crescimento exponencial de grupos e páginas nas redes sociais onde se expõe durante todo o dia mais fatos e fatos. Essa disseminação de fatos sem checagem e filtro influencia a mídia tradicional a também apresentar certos acontecimentos, mesmo que cotidianos, para não perder a credibilidade.

Apesar de ter um grande público, o que fica claro ao observarmos páginas de notícias não oficiais, sobre o tratamento que a notícia recebe, a falta de triagem e de critérios de noticiabilidade é que eles tornam o assunto saturado e em alguns casos, trazendo até um pânico a população que é bombardeada com notícias ruins sobre todos os locais da cidade.

Mesmo que um fato venha a ser repetitivo, contado várias e várias vezes, como um assalto a ônibus, por exemplo, a mídia além de narrar o fato para a população, tem que escolher um ângulo que o torne atrativo para que o público mantenha o seu interesse em sua narrativa.

Assim, os critérios de noticiabilidade descritos por Erbolato (1981), entram nesses casos justamente para dar chance a outros assuntos que de fato, são de utilidade pública. Assuntos como fraude política, aumento na conta de energia, gasolina, operações tapa buracos, entre outros, também devem ter espaço dentro dos meios de comunicação, afinal, nem tudo é violência.

Os jornalistas e os editores decidem a que devem atribuir determinado valor (valor-notícia). Alguns dos acontecimentos são demasiados complexos, outros de interesses humanos muito específicos, outros ainda de âmbito restrito ou focalizado, além de todos poderem ser variáveis. Um acontecimento pode ser, num momento exacto, uma notícia e deixar de o ser com o surgimento de um outro acontecimento com um maior valor(valor-notícia). (LINO E FRANCISCO, 2010, p. 3)

Os autores Mario Erbolato (1978), P.J.Shoemaker (1991), J.Galtun e M.Ruge (1965), entre outros, apesar de apresentarem diversos critérios de noticiabilidade, concordam que a proximidade do acontecimento do fato, é o que mais chama a atenção do leitor e assim consecutivamente, do jornalista.

Como dito anteriormente, de forma inconsciente, é o leitor que dita o que é publicado, afinal, todos os meios de comunicação sabem o que o seu leitor quer ler, ver e ouvir. O que eles querem acessar, saber e se informar. Mesmo que o leitor ache que não e não tenha conhecimento desse fato. Tudo que é publicado é feito pensando neles, para eles e como eles gostam.

Não se quer ler um jornal, site, etc, onde as notícias aparentam serem escritas e postadas de forma aleatória, por isso os jornalistas utilizam, sempre que acontece um fato, os critérios de noticiabilidade. Segundo Silva (2005), é nosso dever investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia.

Deve-se entender a necessidade da utilização dos critérios de noticiabilidade não só como dizer o que entra ou não numa publicação, o que é emergência ou que pode esperar mais, mas também é utilizado para controlar e delimitar a quantidade de notícias publicadas em um jornal impresso por exemplo.

Um jornal impresso, demanda de espaço para publicar, para noticiar algo, existe um layout a ser seguido e é por essa triagem, dos critérios de noticiabilidade, que os jornalistas descobrem o que entra ou não. Silva (2005) explica.

A necessidade de se pensar sobre critérios de noticiabilidade surge diante da constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia a dia. Frente a volume tão grande de matéria prima, é preciso estratificar para escolher qual acontecimento é mais merecedor de adquirir existência pública como notícia. (SILVA, 2005, p. 97)

Parece que é uma tarefa fácil, mas não é. Todo acontecimento é importante, obviamente uns mais que os outros e apesar de alguns fatos serem repetidos, como citado anteriormente, eles têm um impacto maior na sociedade.

E, mesmo que seja “chato” falar da mesma coisa sempre ou que algum outro tema seja interessante, certos assuntos têm que ser publicados e republicados o tempo todo, afinal o cotidiano é tão importante quanto um acontecimento factual.

Obviamente o destaque vem para o factual, para o novo, para o que choca. Mais uma vez, o critério de noticiabilidade agindo na seleção, na hierarquização dos fatos.

Os critérios de noticiabilidade são utilizados para descobrir o que será ou não destaque da edição do jornal. Repetindo o que foi dito lá no começo do capítulo, notícias policiais, por exemplo, chegam em grande quantidade nas redações, principalmente nos dias atuais, mas através da triagem se decide o que entra.

Imprevisibilidade, localização, ineditismo e morte, são alguns dos critérios mais utilizados para trabalhar esse tipo de notícia. Entre um assalto a bicicleta, a morte de um policial e um caso de estelionato, qual o que ganharia a capa? Através dos critérios, da política do meio de comunicação e da vivência do jornalista ou do editor, é que se seleciona isso.

Morte é sempre um assunto que interessa, choca e gera repercussão. Seja morte de suspeito, de policial, de vítima, de acusado, de quem for. Sempre ganha destaque na mídia. Escândalos financeiros também, afinal, mesmo o povo dizendo que quer paz e menos notícias ruins, eles sempre se interessam por polêmica e sangue.

Traquina (2008, apud Melém, 2011) gostava de destacar sempre que o tema morte desperta o interesse da população e por conta disso, onde há morte, a

presença do jornalista é certa. Ele também gostava de falar como, após a mídia conquistar o título de quarto poder, o jornalista virou um tipo de cão de guarda. Cão esse que cuida e observa o que os outros três poderes produzem, de forma boa ou ruim e relata para a população.

Em seu estudo sobre os critérios jornalísticos utilizados por Melém (2011), ela chegou à conclusão que o jornalista e o público vêem as notícias, os fatos, de formas diferentes. Para o jornalista, o que acontece é apenas uma série de informações que precisam ser expostas de forma clara, precisa e objetiva para que o leitor compreenda e interprete aquilo que lhes foi apresentado. Para o leitor, aquelas informações são a verdade e a sua realidade.

O que o grande público define como realidade, é visto pelo jornalista como série de informações, com valores ou não, passíveis de publicação ou não, dependendo da quantidade de critérios de noticiabilidade que esta notícia carrega consigo. (MELÉM, 2011, p. 49)

Portanto, é importante que essa consciência seja utilizada sempre ao utilizarmos dos critérios na construção da notícia, pois, apesar de estarem acostumados com aquilo, e a população também de certa forma, é a vida deles, a realidade deles, os vizinhos, filhos e amigos. Em alguns casos, dos jornalistas também, mas ao pararem para escrever, se esquecem de tudo e apenas pensam na seleção e montagem dos fatos em uma ordem que leve o leitor a pensar de certa forma.

3.1 Newsmaking por Wolf (1995)

O *newsmaking* é o pontapé inicial que leva aos critérios de noticiabilidade. É onde tudo começa, onde os jornalistas percebem através dos acontecimentos o que pode ou não ser publicado. É através do observador e de como ele conta o fato ao jornalista, que isso é analisado se entra ou não na publicação.

Segundo Wolf (1995), a abordagem do *newsmaking* age dentro de dois limites. O primeiro é a cultura profissional dos jornalistas e a segunda, a organização do trabalho e dos processos produtivos.

Todo e qualquer órgão de informação tem um objetivo declarado, fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes.

O mundo da vida quotidiana – a fonte das notícias – é constituído por uma superabundância de acontecimentos [...]. São esses acontecimentos que o órgão de informação deve seleccionar. A selecção implica, em pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo. (WOLF, 1995, p. 169)

Existem três passos citados por Tuchman (1977, p. 45 apud WOLF, 1995) para se produzir notícia. Tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável, elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada fato ocorrido a um tratamento próprio e organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de forma planificada. Esses três passos estão relacionados entre si.

Portanto, na produção de notícias há de um lado a cultura profissional, entendida como um emaranhado de símbolos, tipificações e etc. Do outro lado, temos as restrições ligadas ao âmbito profissional, onde é a hierarquia que “manda”, definindo o que entra ou não.

A noticiabilidade para Wolf (1995) é constituída pelo conjunto de requisitos que se exige dos acontecimentos para virem a se tornar notícia. Aqueles acontecimentos que não cumprem esses requisitos, ou, pelo menos, alguns deles, são descartados, dando vez à próxima informação, tendo em vista a abundância em que chegam às redações.

Tudo o que não é aproveitado, se perde entre as matérias-primas que o jornal não consegue transformar em notícia, ou seja, é descartado, ignorado, pois não tem característica o suficiente para chamar atenção do público, ou não se adequa aos critérios utilizados.

Fica claro que a noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotina e padronização das práticas de produção. Altheide (1976 apud WOLF, 1995) diz que a definição de noticiabilidade está ligada ao conceito de

perspectiva da notícia e que essa é a resposta que o meio de comunicação dá à questão dominante nas atividades jornalísticas, que é definir quais fatos são importantes.

Para Wolf (1995) a definição e a escolha daquilo que é noticiável são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, primeiramente para a realização do produto informativo em tempos e com recursos limitados.

3.2 Critérios de noticiabilidade por Wolf

O autor Wolf (1995) afirma que a segunda área de pesquisa recente é a dos processos produtivos nas comunicações de massa. A forma como um acontecimento será analisado e estudado condiz muito com o profissional que irá estudá-lo.

É necessário que uma empresa de comunicação esteja depositando seus esforços no domínio da informação, de acordo com a relevância e centralidade da vinculação de cada notícia. Em respeito a isso, Wolf (1995) diz que “a sociologia dos emissores diz respeito essencialmente aos produtores de notícias”.

Em 1950 o conceito foi utilizado por White para estudar o desenvolvimento dos fluxos das notícias no meio das empresas de comunicação. Essa forma de seleção da notícia é bem subjetiva, portanto, entre 10 informações que chegam às empresas de comunicação, apenas uma se torna notícia e vai parar nos jornais. O motivo para isso é que as informações que chegam normalmente são tão parecidas que aparentemente são idênticas.

Posteriormente a seleção das informações, existe a produção da notícia que pode ser chamada de *newsmaking*, explicada anteriormente. Sua teoria se baseia em dizer que as notícias são como são pela forma como as empresas de comunicação as determinam. Sem a organização dos deveres jornalísticos fica impossível a produção das notícias.

A abordagem etnográfica, ao contrário de outras abordagens centradas no produto dos mass media, permite a observação, teoricamente orientada, das práticas sociais efectivas que dão lugar à produção cultural. Todas as formas de análise das mensagens produzidas enfrentam complicados problemas de inferência, que dizem respeito aos processos produtivos enquanto tais e contém, por isso, lacunas explicativas. (SCHLESINGER apud WOLF, 1995 p. 167)

O processo para a produção da notícia necessita acontecer diariamente. Dentro desse processo, os veículos de comunicação devem cumprir algumas funções: realizar a seleção, reconhecendo entre as informações o que pode ser notícia; elaborar uma maneira de relatar os acontecimentos; organizar os afazeres nas redações jornalísticas.

Além dessas funções, a teoria traz práticas relevantes para a produção da notícia. Entre elas, destacam-se a sistematização, que é uma forma de dividir as ações do jornalista, a pauta, a reportagem e a edição. E os critérios de noticiabilidade que de acordo com a quantidade de informações que chegam às empresas de comunicação, escolhem a quantidade limitada das que se tornam notícias.

Wolf (1995) explica os critérios de noticiabilidade através de classificações. São cinco categorias que explicam e selecionam os primeiros processos de criação das notícias, a seleção, o estudo da informação que chegou a redação.

A primeira categoria é a substantiva. Essa classificação abrange a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia.

O impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultural, quantidade de pessoas no acontecimento, a relevância e a significação do acontecimento num futuro próximo, como eleições, por exemplo, e a capacidade de entretenimento. Notícias que procuram dar uma interpretação através

de pequenas curiosidades que atraem o público como histórias de gente comum em situações incomuns, inversões de papéis, interesse humano e feito heróico.

A segunda categoria são os critérios relativos ao produto. Categoria que fala sobre a disponibilidade de materiais e características do produto informativo, saber o quão acessível é o acontecimento para a apuração e para o trato dos jornalistas, brevidade, informações curtas, porém suficientes para serem noticiadas, ela engloba também aquele que se refere à notícia como resultado de uma ideologia da informação, baseada, por sua vez, na história dos sistemas informativos e do jornalismo.

Naturalmente um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quanto maior, [...] ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor/notícia. E isto não é por que os jornalistas sejam macabros ou menos sensíveis às coisas belas da vida que as outras pessoas. Isso reflete apenas o fato inevitável de que os leitores vão se interessar por uma história que os impressione e, pelo contrário, ignorarão uma notícia de rotina. (WOLF, 1995, p.)

Outro critério que essa categoria aborda é a atualidade, onde as notícias devem se referir aos acontecimentos mais próximos ao momento de transmissão do noticiário ou impressão do jornal. A média de notícias para esse fato é de 24 horas. A qualidade da notícia também entra nessa categoria, ele remete a ação, ritmo, caráter exclusivo e clareza da linguagem, além do equilíbrio, até por que a noticiabilidade de certos fatos depende da quantidade de uma determinada categoria de acontecimentos que já existe no produto informativo.

A terceira categoria são os critérios relativos ao meio de comunicação. Este valor/notícia está diretamente associado a todos os critérios de relevâncias relativas ao público, quer quanto à finalidade de entretê-lo e de lhe fornecer um produto interessante, quer quanto ao propósito de não cair no sensacionalismo, de não ultrapassar os limites do bom gosto, da privacidade, da decência, entre outros.

Ele fala também sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado e o formato que fala sobre limite espaciotemporais que caracterizam o

produto informativo, facilitando e conferindo maior rapidez a escolha da notícia, uma pré-seleção antes de serem aplicados outros valores/notícia. Cada notícia deve ter uma introdução, uma parte central, de desenvolvimento e uma conclusão.

Critérios relativos ao público é a quarta categoria e fala sobre como o jornalista vê o seu público. Apesar de conhecer pouco o público, mesmo com pesquisas a referência às necessidades e as exigências dos destinatários é constante e, nas próprias rotinas produtivas, estão encarnados pressupostos implícitos acerca do público. Essa categoria também abrange o interesse público e do público, a estrutura narrativa.

Wolf (1995) cita no seu texto, categorias por Gans (1979), categorias que permitem uma identificação por parte do espectador, notícias-de-serviço e notícias ligeiras. Ainda segundo Wolf (1995) para essa categoria resta mais um critério, o aspecto de proteção, onde fatos que causariam traumas ou ansiedade no público não são noticiados.

A quinta e última categoria é a de critérios relativos à concorrência. Algumas notícias são selecionadas por que os concorrentes farão o mesmo, estabelecendo parâmetros profissionais, ideologias da notícia e bom senso. Nem todos os valores/notícia são importantes de igual modo, nem todos são relevantes para cada notícia, os critérios relevantes são variáveis, embora de uma forma limitada, de acordo com determinados fatores.

A transformação de um acontecimento em notícia é o resultado de uma ponderação entre avaliações relativas a elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos, os valores/notícia são avaliados nas suas relações recíprocas, em ligação uns com os outros, complementares e não individualmente. Sendo assim essa categoria fala de critérios que desencorajam inovações na seleção das notícias que poderiam suscitar objeções por parte dos níveis hierárquicos superiores, levando a coberturas informativas semelhantes entre noticiários.

Esses critérios são a base para todos os critérios citados anteriormente por diversos autores. A diferença é que Wolf (1995) criou categorias para facilitar o entendimento dos procedimentos realizados dentro dos meios de comunicação durante a seleção das notícias e basicamente resumiu tudo o que já foi abordado.

4 Jornalismo Policial: Conceito e características

No século XIX foi criada uma metodologia para que pudesse ser entendida a forma das notícias e o porquê que elas são como são, esta foi chamada de Teoria do Espelho. A suposição surgiu para afirmar que o jornalismo reflete a verdade, ou seja, as informações e notícias vinculadas nos meios de comunicação, são como conhecemos porque a realidade assim as determina. Nessa hipótese, a mídia trabalha como um espelho da realidade social, tornando transparente os acontecimentos do nosso cotidiano.

A notícia é um dos eixos norteadores dos “consensos” e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade. Ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalista acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado. (BENETTI apud MOREIRA E ROCHA, 2009 p. 2)

Desde sua origem, a imprensa sempre foi influenciadora e formadora de opinião. Normalmente, ela está atrelada nos acontecimentos sociais e denúncias de poder, sendo usado como um forte instrumento de luta. De acordo com Sodré (2001, apud SOUZA 2009, p. 2), “a imprensa brasileira, por exemplo, tem uma tradi o de lutas políticas memoráveis – da aboli o da escravatura   derrubada do Estado Novo”.

Os meios de comunica o, principalmente a imprensa, durante vários séculos exerceram um papel importante na denúncia dos abusos do poder, dos atropelos e discrimina es de muitos governos e sociedades autoritárias. A história da imprensa foi, até certo ponto, marcada por essas lutas em prol da democracia e da liberdade de expressão de todos os cidadãos. (GUARESCHI, 2007 p.14)

A m dia acabou se infiltrando em todo evento social. Ela passou a exercer poder não apenas ao seu público, mas também a toda a popula o, de forma homog nea, através de suas divulga es, denúncias, e fatos divulgados. Ela se torna tão poderosa ao ponto de obter autoridade até mesmo sobre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

O jornalista tem uma função muito maior do que apenas relatar os fatos e fazê-los conhecidos. O lugar do jornalista na sociedade é de formar uma conscientização, tornar legais os valores morais e ser construtor da opinião pública. Sodré (2001, apud SOUZA 2009, p. 2) defende que “muitos fazem do mass media alvo de crítica hostil porque se sentem logrados pelo rumo dos acontecimentos”. É notável que a mídia tem poder sobre o pensamento crítico da sociedade. Entretanto, é de suma importância admitir que esse poder seja limitado. Não se pode acreditar que os leitores, ouvintes, telespectadores são completamente manipuláveis e passivos.

4.1 Conceito do Jornalismo Policial

O jornalismo policial é a especialização que trabalha com delitos e fatos criminais, judiciais, de ordem e segurança pública. A especialização policial dentro do jornal impresso teve início nos jornais sensacionalistas dos Estados Unidos. Na Inglaterra reportagens policiais passaram a circular na metade do século XIX. No mesmo século, porém na França, começaram a surgir os *canards*, jornais populares que continham notícias em formato de uma página. O termo que denominou os folhetins significa conto absurdo ou fato não verídico.

Segundo Melém (2011), em 1808 a história da imprensa no Brasil começa com a chegada da família real portuguesa e a criação, na época Imprensa Régia, da Imprensa Nacional, que foi fundada por D. João. Em 1917, com o crescimento de ocorrências policiais, o jornalismo passou por uma fase inicial onde a versão exposta pela mídia era apenas a versão dada pelos oficiais da época, não dando muita atenção as outras versões de um mesmo fato existente.

Em 1917, a vacância de meninos de rua e o desemprego de negros assolavam o Rio de Janeiro. Na época, os jornalistas do Jornal do Commercio e Jornal do Brasil, focaram seus trabalhos na versão dada pela polícia carioca, deixando em segundo plano a versão das vítimas e acusados dos crimes (MELÉM, 2011, p. 5)

É percebido através da citação, um exemplo claro de como era realizado o jornalismo policial no Brasil. Os meios de comunicação citados, o Jornal do Comercio e o Jornal do Brasil, são reflexos do jornalismo que ouvia apenas a fonte

oficial na apuração dos acontecimentos, mesmo com o gênero policial em crescimento, e grandes coberturas sendo realizadas nas grandes mídias.

A difusão desse gênero, o policial, começou a ser explorado por vários veículos de comunicação, de fato, após os anos 70, no século XX. Ainda segundo Viviane Melém (2011), foi em 1977 que esse tipo de reportagem ganhou mais credibilidade e conhecimento do público.

Essa credibilidade se deu por dois motivos: a matéria publicada pela Revista Veja, sobre a morte de Cláudia Lessin Rodrigues, reportagem essa ganhadora do prêmio Esso, e a abolição do AI-5, que permitiu assim, um tom mais crítico nas matérias policiais veiculadas na mídia.

Nos dias de hoje é possível observar que informações sobre delitos criminosos preenchem a maior parte das reportagens dos jornais e estão sempre em destaque na primeira página do impresso. Talvez a explicação para haver este crescente em relatos policiais, seja a curiosidade do público diante de fatos criminosos.

4.2 O dia a dia do Profissional

No cotidiano da profissão, podem-se encontrar atividades como realizar pautas de coberturas em eventos criminais e irregularidades legais como assassinatos, furtos ou assaltos, sequestro, tráfico de drogas, desvios de dinheiro e estelionato.

Queiroz (2009) nos retrata um pouco sobre o dia a dia desse profissional que cobre esse tipo de informação. No cotidiano o especialista findado por ter como rotina diária a ida para delegacias e ao Instituto Médico Legal.

Silva (2016 apud TRAQUINA, 2008, p. 79) afirma que onde há o fato delituoso vai ser encontrado o jornalista, pois a imprensa passou a se alimentar deste dito de fatos. O dia a dia desse profissional é a busca pela tragédia ou o escândalo.

Há ainda uma terceira resposta possível: "hoje está bombando". Está dada a senha para um noticiário no dia seguinte repleto de sangue e com muita emoção a ser explorada. Nesta terceira situação estão os atos violentos que envolvem grande número de mortes, crimes em família, crimes hediondos, crimes envolvendo sexo, crimes com grande quantidade de drogas ou então a execuções mirabolantes operações policiais. (QUEIROZ, p.27)

Nas redações do jornalismo diário, o jornalista executa sua função de apurador dos fatos e normalmente acompanha o rádio da polícia para obter as informações mais frescas sobre o que anda acontecendo no mundo do crime. Assim que um acontecimento que pode ser transformado em notícia chega às plataformas de comunicação, o profissional entra em contato com suas fontes, que normalmente se restringem em fontes policiais, autoridades como delegados, juízes e secretários, especialistas criminais, advogados, cidadãos e vítimas.

Grandes são as demandas de notícias policiais, primeiramente pelo caos que acontece na segurança pública dos estados e capitais do nosso país. Posteriormente, pelo fato de que as notícias policiais chocam e impressionam mais do que qualquer outra notícia jornalística.

Hernani Vieira (apud LOPES, 2016) explica que na construção de um texto jornalístico policial não se pode depender apenas das fontes oficiais e que as declarações devem ser questionadas sempre. O jornalista deve juntar a experiência, a vivência e os meios de checagem para elaborar a narrativa. É a premissa que Queiroz (2009, p. 30) defende que o jornalista não pode apenas reproduzir, mas deve estar atento a diversidade de fontes.

O jornalismo policial é uma parte do jornalismo onde há sempre fatos a serem compartilhados, a serem analisados e selecionados. Como dito no tópico anterior, nas redações dos meios de comunicação, a todo o tempo chegam acontecimentos da sociedade nas redações de jornais e é através dos processos de triagem que esses acontecimento são selecionados para se tornar uma notícia e chegar de forma apurada até o leitor.

O jornalista que cobre a parte policial, deve ter bastante cuidado ao relatar fatos e trabalhar com imagens, pois, não se deve julgar precipitadamente aquele que ainda não passou pela justiça.

Lembrar-se do caso da escola base é sempre importante para se ter um parâmetro sobre até onde deve-se ir ao narrar um acontecimento para a população. Para Hernani Vieira (apud LOPES, 2016), os maus exemplos no jornalismo policial, deveriam ser punidos e apresentados como exemplo para os estudantes de jornalismo.

Os acontecimentos policiais sempre causam grandes impactos na sociedade. Angrimani (1995) faz uma análise mostrando que o Jornal New York World, em meados de 1890 obteve um grande lucro deixando outros jornais muito

atrás, pois este usava de entrevistas com uma pintada sensacionalista e com um tom que mexe com o apelo popular. Isso mostra que matérias deste cunho sugam o interesse do leitor.

Infelizmente, hoje em dia esse tipo de notícia é vasto no nosso meio, pois houve um aumento na criminalidade, até mesmo banalização. E essas matérias ainda são muito procuradas porque mexe com a sociedade.

Silva (2016) ao falar de crime mostra que essa é uma das modalidades que despertam mais curiosidades aos seres humanos, e essa é uma das características da matéria jornalística na especialidade policial, ter grande espaço nos jornais, o crime e a criminologia, o estudo das causas e efeitos do crime. Por isso que elas continuam tendo grande relevância nas editorias.

Queiroz (2009) revela que essa modalidade de informação vai exigir então um maior cuidado da parte do jornalista na apuração dos fatos e na sua transmissão, para que essa mensagem não venha se revestir de cunho sensacionalista. Nesse sentido o jornalismo policial deve se revestir de forma mais rigorosa dos princípios básicos do jornalista, não se deve apenas noticiar um fato de qualquer maneira, mas sim estar preocupado com todos os elementos que envolvem essa notícia.

Segundo o autor, deve se houver uma objetividade no método de verificação da notícia, nas versões confrontadas, pois isso permite uma maior realidade aos fatos que faz uma apresentação de um contexto mais completo.

4.3 O sensacionalismo

O dicionário define sensacionalismo, como o interesse da imprensa em se ater em matérias que busquem o choque. E para corroborar, Angrimani (1995) aduz em “Espreme que sai mais sangue” sobre o que é o sensacionalismo e da sua característica textual.

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se, para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de um noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. (ANGRIMANI, 1995, p. 16)

Valéria Silva (2016) sustenta que o jornalismo policial é visto com desprezo por muitos, pelo seu cunho e por ser uma modalidade para iniciante ou

para profissionais despreparados. A autora chega a uma conclusão que é observada nos dias atuais, os editoriais não estão preocupados em como a informação vai ser publicada e, acaba por utilizar profissionais sem a devida preparação. Isso influencia diretamente ao formato que a notícia vai ser repassada.

Os autores Ramos e Paiva (2007) alegam que na história do jornalismo a matéria policial é um dos setores pouco valorizados na editora, onde a importância dada é na sua venda e não necessariamente na forma de propagação da notícia.

Novamente Angrimani (1995) mostra a ideia de que a matéria jornalística de cunho policial está na realidade muito mais interessada no sensacionalismo do que no conteúdo das suas informações ou no compromisso ético do jornalista para com a sociedade do qual ele é um formador e um grande influenciador de opinião.

Não se presta a informar, muito menos a formar. Presta-se básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádica, caluniadora e ridicularizadora das pessoas. Por isso, a imprensa sensacionalista, como a televisão, o papo no bar, o jogo de futebol, servem mais para desviar o público de sua realidade imediata do que para voltar-se a ela, mesmo que fosse para fazê-lo adaptar-se a ela. (ANGRIMANI, 1995 p. 15)

O autor conclui que o sensacionalista está muito mais preocupado com o exagero, ele busca enfatizar a emoção, ele tem o intuito de explorar a situação fática ao máximo e não em informar os pontos relevantes, causas e efeitos. Matérias com esse cunho não estão preocupadas muitas vezes com a veracidade da informação, ou se o leitor vai ter todos os fatos necessários para uma boa informação. A ideia é o choque, o extraordinário.

Angrimani (1995) ainda revela que o intuito é levar o leitor até a cena do crime, pois tem o fundamento de trazer a memória de forma real o acontecimento, ele explora sentimentos primitivos do homem. E essa forma de pensar é antiga. Vem com a imprensa amarela como fala o autor. Uma fase da imprensa amarela, de 1890 a 1900, onde se apelava na forma de escrever, com manchetes apelativas, títulos assustadores entre outros aspectos que ficaram presentes até os dias de hoje.

A imprensa amarela é caracterizada por apresentar informações, imagens, acontecimentos e imagens em que contenham acidentes, crimes, envolvimento com políticos e escândalos com pessoas públicas. As primeiras manifestações desse conceito apareceram no final do século XIX nos EUA, quando

Pulitzer e Hearst lutavam pela supremacia na imprensa de Nova Iorque (KUHN, 2009).

Nota-se então que houve sempre um interesse por usar uma linguagem sensacionalista, porque esse uso finda por surtir mais efeito de propagação na comunidade, pois está mais voltada para o choque e menos na informação. Não é que o texto sensacionalista não é informativo, ou seja, ele também passa a informação. O que acontece é que a visão que este passa não visa fazer um serviço à sociedade, já que este está mais preocupado em alcançar maior circulação.

De acordo com Alsina (2009, apud SILVA, 2016) delitos, acidentes e catástrofes recebem uma atenção especial dos meios de comunicação. Essa atenção acontece pelo crescente e sempre existente interesse da população em casos policiais.

A mídia, grande influenciadora na sociedade, ao realizar coberturas policiais massivas acaba, na visão de Alsina (2009, apud SILVA, 2016), marginalizando bairros e cidades, ao assimilarem tanto crimes a eles.

Kotscho (1989, apud SILVA, 2016) fala que o jornalismo policial não é apenas registrar o fato como uma continuação dos boletins de ocorrência aos quais se tem acesso, mas é buscar saber o porquê das suas causas e a consequência daquilo.

Apenas contar o fato é fácil, principalmente nos dias atuais onde a internet dá acesso ilimitado a todo tipo de conteúdo. Para se diferenciar numa época onde todo mundo é contador de história, o jornalista tem que aprofundar o acontecimento.

O texto sensacionalista como já foi discutido, não é algo dos tempos modernos, este teve o seu início há muito tempo. Todavia, mesmo com o avanço no conhecimento científico e com os desvendamentos da finalidade da matéria sensacionalista, esse tipo de conteúdo até hoje, ao longo de anos, continua a encontrar espaço nos meios de comunicação e muitas das vezes com espaços nobres, ou seja, esse ainda se mostra firmado.

Na realidade, o sensacionalismo escapa à limitação de veículos específicos, para se estender e se extrapolar entre os jornais “sérios”. Quando isso acontece, o meio de comunicação “adapta” a informação, segundo critérios e interesses específicos, havendo superdimensionamento do fato e estranhamento entre manchetes e textos, além de sensacionalização, propriamente dita. (ANGRIMANI, 1995 p. 152)

Nota-se então a importância que o Jornalismo Policial, segundo Romão (2013), pois esse na realidade pode-se manifestar como uma expressão do povo perante as autoridades, elas tendem a influenciar os leitores e também o poder político em suas ações de segurança.

Desse modo este deve se perfazer de toda qualidade jornalística para que essa informação venha de fato informar e nutrir o leitor, deixando esse bem preparado e de forma precisa. É praticamente impossível uma imparcialidade, visto que nós escrevemos com toda subjetividade que adquirimos no decorrer da nossa formação como pessoa e profissional.

No entanto, um bom jornalista não é necessariamente aquele que tenta ao máximo praticar a imparcialidade, mas sim aquele que é fiel aos princípios básicos do jornalismo e o que busca ser ético.

É preciso uma revolução na forma de pensar e executar o jornalismo policial, pois este não pode ser visto apenas como forma de aumentar a audiência dos jornais, mas sim pelo seu papel social e cidadão, em busca de uma sociedade mais equilibrada, tendo consciência de que a informação é um pilar para uma comunidade sadia.

Exercendo esses fundamentos, este vai ser fiel aos fatos, buscando compreendê-los e interpretá-los para que o leitor venha de forma convincente ser informado e possa a partir desse parâmetro emitir o seu juízo de valor e se posicionar de forma clara como cidadão.

5 História do Jornal da Cidade

Idealizado por Nazário Pimentel e Ivan Valença, o Jornal da Cidade teve seu primeiro exemplar impresso em dezembro de 1970, o número zero, um teste para como a população receberia a idéia do jornal. De 1º a 7 de fevereiro de 1971 circulou pelo estado a primeira edição, semanal. A edição era feita em formato tablóide e em preto e branco.

Em 1976 o Jornal da Cidade foi vendido ao senador Augusto Franco, ganhando assim uma nova linha jornalística. Após investimentos o jornal publicou material colorido pela primeira vez em 2 de maio de 1999, passando por uma

reformulação gráfica onde foram alterados logotipos, tipo, tamanho, legendas e títulos.

O jornal possui aos fins de semana, uma edição especial onde são abordados assuntos culturais, beleza, cotidiano, saúde, entre outras coisas com cadernos especiais. Esses cadernos têm o formato tabloide e são assinados por jornalistas especialistas nos assuntos que os cadernos abordam.

Com a era digital, em 2002, toda a equipe do JC passou a contar com um sistema de informatização desde a redação até a impressão das páginas.

Com a era da internet avançando e se tornando um meio de comunicação em diversas áreas, em 2004 foi lançado o JC online, que hoje atende por Jornal da Cidade.Net. Além de matérias diversas, que entram ou não no impresso, o site conta com a versão digital do impresso, onde as pessoas têm acesso de forma gratuita ao material do dia e as edições anteriores.

Infelizmente, durante o primeiro trimestre de 2018 o jornal parou de ser disponibilizado no site de forma gratuita, agora, os leitores têm que assinar para ter acesso à versão digital.

Atualmente o expediente do Jornal da cidade conta com Marcos Franco como diretor – presidente, Eugênio Nascimento como diretor de redação e Ronald Dória como chefe de reportagem.

A periodicidade é de segunda a sábado. São feitas em média 4,500 a 5 mil cópias de tiragem durante a semana, já no fim de semana a tiragem chega a cerca de 10 mil exemplares.

Atualmente o jornal diário tem o formato standard e os cadernos especiais o formato tablóide. A publicação diária, em formato standard, conta com 46 páginas, frente e verso, os cadernos, A que contém a divisão em opinião, política do Estado, do Brasil e do mundo e o caderno B que está dividido nos tópicos cidade, esporte e variedades.

As quintas e na edição de fim de semana, os cadernos especiais são, veículos, revista da cidade, municípios e Thaís Bezerra.

Durante toda a sua história o jornal contou com sete editores, até o momento onde se encontra Eugênio Nascimento.

Além do Jornal da Cidade, Sergipe tem outros dois jornais diários, são eles o Jornal do Dia e o Correio de Sergipe.

5.1 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa utilizada para interpretar o conjunto de textos e documentos. Através das definições qualitativas, quantitativa e sistemática, a análise de conteúdo tem o intuito de ajudar o indivíduo a interpretar os textos e mensagens e conseguir entender os significados de forma mais abrangente que em uma leitura simples.

Essa técnica trabalha fortemente no meio das investigações sociais através de estudos e pesquisas teóricas e práticas. É muito mais complexa do que apenas um estudo de dados, análise de conteúdo busca representar uma metodologia com características e probabilidades únicas.

Bardin (2011) salienta que a análise de conteúdo é o estudo de um objeto categorizando-os. A tal análise é realizada através de metodologias que servirão para descrever o objeto estudado. Posteriormente a isso, será possível compreender as características e probabilidades das mensagens.

Ainda de acordo com Bardin (2011) as características necessárias para analisar um objeto de estudo são; a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

A pré-análise é a categoria onde é feita a escolha do objeto a ser analisado, no caso do presente estudo, foram analisadas dez matérias do caderno B do Jornal da Cidade, entre os dias 24 de fevereiro de 2018 a 16 de março de 2018. Todas as matérias são da especialização policial.

Já na exploração do material são escolhidos os procedimentos que foram utilizados para compreender a forma como o objeto foi elaborado. Nesta categoria analisam-se os critérios de noticiabilidade utilizados nas notícias, comparando e explicando os mesmos de acordo com as categorias criadas por Wolf (1995). E por último, o tratamento dos resultados. Bardin (2011) induz a importância de investigar o objeto analisado a fim de descobrir suas causas. Ele explica que é de suma importância unir as referências teóricas para fundamentação da análise.

A discussão teórica de Wolf (1995), explica os critérios de noticiabilidade através de cinco categorias que entendem e selecionam o processo de criação, seleção, e estudo das informações que chegam as empresas de comunicação e tornam-se notícias. 1. Substantiva; relaciona a importância e o interesse da população na notícia por meio do grau de importância das pessoas envolvidas e

como as organizações sociais tornam a notícia mais conhecida. 2. Critérios relativos ao produto; A disponibilidade das notícias e seu produto informativo. 3. Critérios relativos ao meio de comunicação; Valor/notícia ligado à forma de transformar interesse do público. 4. Critérios relativos ao público; O jeito como o jornalista enxerga o receptor. 5. Critérios relativos à concorrência; As notícias vinculadas porque outros meios de comunicação farão o mesmo.

Diante dessas categorias nota-se se existem organização e estrutura perante os critérios, se as notícias policiais deixaram algum tema sem abordagem ou inacabado, quais vertentes importantes ficaram faltando em cada notícia analisada.

5.2 Material de Análise

Figura 1

Uso de tornozeleira em presos cresce em Sergipe

Monitoramento eletrônico subiu de 357 para 426 em oito meses

Lais de Melo
DA EQUIPE JC

De julho de 2017 a fevereiro de 2018, o número de tornozeleiras eletrônicas utilizadas em condenados sob prisão domiciliar ou regime semiaberto subiu de 357 para 426. Antes a Secretaria de Justiça e de Defesa ao Consumidor (Sejuc) de Sergipe tinha 375 equipamentos para monitoramento à distância. Atualmente, o sistema conta com 500.

O monitoramento é feito a partir de um painel eletrônico, que conta com um dispositivo de GPS por meio do qual os condenados são acompanhados 24 horas. De acordo com a Assessoria de Comunicação da Sejuc, é possível identificar qualquer tipo de ocorrência pelo painel, inclusive, se houver o rompimento do lacre da tornozeleira.

“Quem autoriza a tornozeleira é a Justiça e a depender do caso ela delimita a circulação da pessoa. Por exemplo, diz que o condenado só tem autorização para circular no bairro em que mora. Se ele sair da área, quem está na Central de Monitoramento percebe porque emite um alerta”, conta o assessor Antonio Carlos Garcia.

Segundo Garcia, o uso de tornozeleira tem crescido do ano de 2017 para cá e o secretário já está em busca de



MONITORAMENTO é feito a partir de um painel eletrônico que conta com um dispositivo de GPS

novos equipamentos. Uma das intenções com o uso da tornozeleira é diminuir o número da população carcerária, e outro lado positivo é quanto ao custo. Enquanto um preso custa ao sistema prisional de R\$ 3 a R\$ 4 mil reais, uma tornozeleira é de cerca de R\$ 300 reais, bem abaixo.

O monitoramento passou a ser previsto no Brasil a partir do ano de 2010 com as leis de números 12.258/2010 e 12.403/2011, que alteraram o

Código de Processo Penal. Em Sergipe, o primeiro condenado passou a ser monitorado por tornozeleira no dia 19 de junho de 2015, de acordo com os registros da Secretaria de Estado da Justiça (Sejuc). De lá para cá foram registrados alguns casos de presos que romperam o lacre da tornozeleira e a abandonaram. Segundo Garcia, o rompimento do lacre é algo fácil de acontecer.

“Se o condenado romper o lacre, o sistema vai saber e

então a Sejuc vai entrar em contato com a pessoa para ter certeza do que ocorreu. Se realmente ela não responder, automaticamente é avisado ao juiz e essa pessoa é considerada fugitiva. O uso da tornozeleira é uma relação de confiança entre a pessoa que vai usar e o juiz que determinou. É um compromisso que a pessoa assume perante o juiz para que não fique na prisão”, explica o assessor.

Matéria: Uso de tornozeleira em presos cresce em Sergipe - 23 de fevereiro.

A utilização do sistema de monitoramento eletrônico de presos, mais conhecida como tornozeleira eletrônica, entrou em vigor em junho de 2010, e desde então vem se tornando cada vez mais comum em presos em regime semiaberto ou prisão domiciliar.

Desde 2017 com a superlotação das unidades prisionais no Estado, a Secretaria Estadual da Justiça e de Defesa ao Consumidor (SEJUC), tem utilizado as tornozeleiras eletrônicas como forma de amenizar o problema que é a superlotação no país e ainda assim ter controle sobre o mesmo. Para exemplificar como a utilização do procedimento tem crescido em Sergipe, a Secretaria contava com 500 equipamentos para monitoramento até fevereiro de 2018, sendo que só em julho de 2017 eram 357 equipamentos.

Analisando a matéria acima, podem ser identificadas as seguintes categorias dos critérios de noticiabilidade: Substantiva, Relativos ao produto; Relativos ao meio de comunicação e Relativos ao público.

A primeira categoria identificada foi à substantiva, ela abrange a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia. O impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultura, quantidade de pessoas no acontecimento, a relevância e a significação do acontecimento num futuro próximo.

A segunda categoria identificada, relativos ao produto, fala sobre a disponibilidade de materiais e características do produto informativo, saber o quão acessível é o acontecimento para a apuração e para o trato dos jornalistas.

A terceira categoria, relativos ao meio de comunicação, fala sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado e o formato que fala sobre limite espaciotemporais que caracterizam o produto informativo, facilitando e conferindo maior rapidez à escolha da notícia, uma pré-seleção antes de serem aplicados outros valores/notícia.

A quarta e última categoria encontrada durante a análise, relativos ao público, abrange o interesse público e do público.

A matéria mostra que o jornalista buscou informações concretas como, por exemplo, a quantidade de equipamentos disponibilizados para monitoramento, datas relevantes sobre os trabalhos realizados em determinado período e os valores gastos com um preso em regime fechado ou com monitoramento eletrônico. Esse tipo de informação causa impacto em todos os grupos da sociedade, sendo assim, chama atenção do público.

Foi observado também que apesar de ser um tema atual, pois a utilização da tornozeleira cresceu com a criação das audiências de custódia onde os presos são julgados em até 48 horas e fica definido por um juiz se eles são indicados para uma unidade prisional ou para o monitoramento, houve uma falta de maior exploração dos dados e de questionamentos sobre valores.

Fora a imagem da tornozeleira, deveria ter sido utilizado um gráfico, para esclarecer e exemplificar de forma mais clara para o leitor o que significa os dados expostos durante o texto. Poderia ter sido utilizada, após uma busca, dados para a comparação de anos anteriores e explicar no texto por que houve o crescimento do uso das tornozeleiras.

Como explicado acima, após ser preso em flagrante, a pessoa, homem ou mulher, é levado (a) para audiência de custódia onde fica definido o destino final do acusado (a). Os crimes são os mais diversos, e no final o que define é o julgamento do juiz. Esse julgamento é baseado no fato de o acusado apresentar ou não risco a sociedade, de acordo com o delito cometido e o fator de reincidência.

O monitoramento é uma opção mais barata, porém ainda existem problemas a serem corrigidos. O uso da tornozeleira é uma questão de confiança entre o acusado e a justiça, porém, recentemente, pode-se observar uma crescente onda de violação das tornozeleiras ou do mandato do local de circulação expedido pela justiça.

O texto, apesar de não ser uma matéria de assessoria, não deixa claro se é bom ou ruim o aumento da utilização das tornozeleiras para a população e para os cofres públicos, apenas deixa claro que é uma opção para controle da superlotação das unidades utilizada pela Sejuc, que tem como interesse evitar um colapso como os que aconteceram no início de 2017 no norte e no nordeste.

Figura 2

Fonte: Jornal da Cidade

Bullying: escolas podem ser responsabilizadas civilmente

Temendo prejuízos com indenizações, colégios contratam seguro

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

Apelidos depreciativos, discriminação, perseguição e agressões praticadas por colegas de sala de aula, crianças ou adolescentes na mesma faixa etária têm causado problemas quando passam a ser recorrentes. Justamente por ocorrerem no ambiente escolar, muitos pais têm acionado judicialmente a escola para que assumam a responsabilidade sobre os fatos e arquem com os custos do tratamento. Por isso, para evitar prejuízos com indenizações, algumas escolas do país têm recorrido a seguros contra o bullying.

O advogado José Dantas Santana explica que, de acordo com a lei federal nº 13.185, de 2015, o bullying consiste na intimidação sistemática revelada por todo ato de violência física e ou psíquica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação praticado por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma



Divulgação

JOSÉ DANTAS: escolas podem ser condenadas a reparar danos aos alunos

relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

“A escola pode ser responsabilizada civilmente pelos casos de bullying que venham a ocorrer em suas instalações. A responsabilidade não é objetiva, exigindo-se que seja demonstrado que a instituição de ensino não adotara as medidas preventivas, reveladas por programas de

conscientização e intensa fiscalização sobre seus alunos, professores, diretores e todo o seu pessoal”, diz.

Ainda segundo ele, nos casos de se constatar a sua responsabilidade, a escola será condenada a reparar os danos materiais e morais causados ao aluno, sem prejuízo de custear um tratamento médico e clínico do ofendido.

“Em virtude desses incidentes e dessa responsabilização, as seguradoras abrangeram as coberturas de suas apólices, estendendo-as a esses casos também, desde que cumpridas determinadas medidas por parte das instituições de ensino. Diante dessa realidade, é uma boa alternativa para essas escolas a contratação dessas apólices para se protegerem de eventuais indenizações futuras”, pontua o advogado.

Ainda segundo José Dantas, as escolas devem, independentemente de terem contratado ou não o seguro, diligenciar rigorosamente no sentido de evitar os casos de bullying, mediante uma segura conscientização perante seus alunos e todo o corpo docente, além de exercer rigorosa fiscalização entre todas essas pessoas de modo a prevenir casos dessa natureza. “Não é uma tarefa fácil, mas é imperioso que assim proceda, de modo a se defender das possíveis ações judiciais, demonstrando que não fora omissa com esses cuidados”, orienta

Matéria: Bullying: Escolas podem ser responsabilizadas civilmente – 24 a 26 de fevereiro.

O termo bully tem um significado bastante conhecido pelos adolescentes, brigão ou valentão, e provavelmente toda sala de aula deve ter um. O bullying é uma expressão que caracteriza situações onde possa haver agressões intencionais físicas e verbais feita por um ou mais alunos contra um ou mais colegas de classe.

Essa incidência tem sido uma grande vilã nas escolas no mundo todo. Somente nos primeiros meses deste ano de 2018 nos Estados Unidos ¹ já ocorreram 18 tiroteios onde, os atiradores afirmam ter sido vítimas de bullying. Em Sergipe, apesar de não ter acontecimentos tão graves, as escolas têm tomado como exemplo

¹ <https://exame.abril.com.br/mundo/massacre-a-tiros-na-florida-e-o-18o-so-neste-ano-nos-eua/>

e contratado seguros que cobrem eventuais problemas que venham a ser causados, físicos e psicológicos, dentro da sua unidade.

Na matéria fica claro o porquê as escolas estão correndo atrás desse tipo de seguro, a crescente onda de acionamentos jurídicos que os pais têm feito sobre os custos médicos para os filhos que sofrem algum tipo de lesão no âmbito escolar. Porém, a matéria não abrange um todo sobre o assunto, por exemplo, em momento nenhum o jornalista cita quais ou quantas escolas aderiram ao contrato seguro.

Na análise realizada na matéria citada acima foram encontrados diversos critérios citados pelo autor Mauro Wolf (1995). As categorias encontradas foram as, substantiva e critérios relativos ao público. A categoria substantiva abrange a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia.

O impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultura, quantidade de pessoas no acontecimento, a relevância e a significação do acontecimento num futuro próximo.

Já a categoria de critérios relativos ao público entra onde a matéria vem a ser de interesse público e do público.

Foi observado durante a análise que poderia ter sido abordado a quantidade de escolas particulares em Aracaju, que conta com 189 unidades de ensino, segundo o site QEduc, e o número de denúncias e ocorrências referentes ao bullying reportadas a polícia em um determinado período de tempo. Também poderia haver uma fala de um adolescente que já tenha sido ou ainda seja vítima do bullying dentro de instituições de ensino.

Poderia ter sido abordado também como isso funciona no interior, qual o acesso das pessoas a polícia para casos do tipo e as providências tomadas. No interior tem mais ou menos casos de bullying? Quais as idades onde existe uma maior ocorrência desse tipo de violência? Existem vários questionamentos que poderiam ser abordados dentro da matéria, que explicariam de forma clara o porquê realmente as escolas estão abordando esse tipo de seguro.

Será que dentro das escolas existe algum tipo de conscientização a cerca do assunto para os alunos? Talvez não nessa matéria, mas uma segunda publicação poderia ser estendido o caso.

Figura 3

PRESÍDIO

Celulares, drogas e armas são apreendidos

Vinte e quatro celulares, 80 papérols de maconha, cerca de 30 carregadores e diversas armas brancas como chunchos e serras foram encontrados em revista realizada neste domingo, 25, no Complexo Penitenciário Dr. Manoel Cavalho Neto (Copemcan) em São Cristóvão.

Cerca de 36 agentes e guardas prisionais participaram de uma revista realizada no pavilhão 3, na ala A da unidade que abriga aproximadamente 220 internos. A ação teve início às 7h e acabou às 18h. Sete internos foram transferidos para o Complexo Penitenciário Advogado Antônio Jacinto Filho (Compajaf) no bairro Santa Maria e outros 30 enviados para o isolamento no próprio Copemcan.

Segundo o secretário de Justiça, Cristiano Barreto, ações como essa são necessárias para evitar a morte de mais internos, possíveis fugas e rebeliões. "Revistas são necessárias rotineiramente para evitar que aconteçam eventos trágicos dentro da unidade. Felizmente estamos há um ano sem qualquer fuga no sistema prisional sergipano e isso se deve a esse tipo de ação", afirma.

Atualmente o Copemcan abriga 2.549 internos, divididos em cinco pavilhões.



REVISTA no Copemcan também encontrou 30 carregadores

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Celulares, drogas e armas são apreendidos – 27 de fevereiro.

Notícias como essas são facilmente vinculadas todas as semanas, basta ler o jornal impresso, ligar a televisão ou rádio, ou entrar em um jornal ou blog na internet para perceber isso. Chega a assustar a quantidade de vezes que são noticiados relatos de presos que dispõem de celular ou armas em presídios. Nesta matéria podem-se notar três categorias, são elas: Substantiva, Relativos ao produto e Relativos ao meio de comunicação.

A primeira categoria encontrada, substantiva, fala sobre o impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultural e quantidade de pessoas no acontecimento.

A segunda categoria, relativos ao produto, fala sobre a disponibilidade de materiais e características do produto informativo, saber o quão acessível é o acontecimento para a apuração e para o trato dos jornalistas, brevidade, informações curtas, porém suficientes para serem noticiadas.

Outro critério que essa categoria aborda é a atualidade, onde as notícias devem se referir aos acontecimentos mais próximos ao momento de transmissão do noticiário ou impressão do jornal. A média de notícias para esse fato é de 24 horas.

A terceira e última categoria encontrada foi relativo ao meio de comunicação, fala sobre a frequência do acontecimento de um fato.

Durante a análise foi observado à falta de números. O jornalista contou o fato, mas não buscou números sobre a frequência do acontecimento. Quantas vezes, em um período de tempo, foram realizadas apreensões de materiais ilícitos nas unidades? O que a Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumido (Sejuc) tem feito para coibir esses atos? O que aconteceu com os internos que foram identificados como donos dos materiais apreendidos na revista? Eles já estão presos, então qual a punição para esse tipo de delito?

O texto parece uma propaganda de ações do governo, um texto feito para mostrar serviço e que não aprofunda no acontecimento. A utilização da imagem dos materiais é ok, mas seria mais interessante além da imagem, um detalhamento do que foi encontrado e quantas vezes, voltando ao questionamento anterior, aquilo era encontrado. Quem sabe caberia um gráfico expondo os materiais que são encontrados com mais frequência e em maior quantidade dentro das unidades.

Figura 4

Suspeito de assaltar Parque dos Falcões é morto no RJ

Ele foi morto durante confronto com a polícia; comparsa está foragido

Após inúmeras investidas, agentes do Complexo de Operações Policiais Especiais (Cope) e Divisão de Inteligência e Planejamento Policial (Dipol) compartilharam informações e a Polícia Militar do Rio de Janeiro localizou Valdeilson Luiz dos Santos, o "Dedé", 36 anos.

A incursão ocorreu no município de Macaé e Dedé reagiu à voz de prisão atirando contra os policiais, o qual foi atingido após troca de tiros. Ele foi encaminhado ao hospital local, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Com ele foram apreendidas: uma arma de fogo, drogas e touca ninja. O outro indivíduo foi identificado por Wellington Santos Vieira, o "Satanás", o qual conseguiu fugir da ação policial.

Crimes

Dupla é responsável por diversos crimes no Esta-

do de Sergipe. No dia 22 de outubro de 2017, Dedé deflagrou diversos tiros contra o fórum da cidade de Areia Branca. Em 12 de novembro, invadiu e roubou com violência visitantes do Parque dos Falcões, no município de Itabaiana, matando inclusive diversas aves raras. Já em 28 de dezembro de 2017, Dedé, Satanás e outros dois comparsas assassinaram, em Areia Branca, o capitão reformado da Polícia Militar Nunes. No crime, eles levaram ainda a arma de fogo do militar. Dentre esses crimes, a dupla cometeu diversos roubos a veículos e estabelecimentos comerciais. A polícia sergipana vinha fazendo diversas incursões no sentido de capturá-los, o que resultou na fuga da dupla para o Estado do Rio de Janeiro.



Divulgação

"DEDÉ" é acusado de praticar vários crimes em Sergipe

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Suspeito de assaltar Parque dos Falcões é morto no RJ – 28 de fevereiro

A matéria a ser analisada a seguir fala sobre o assassinato de um dos homens mais perigosos do Estado de Sergipe. Valdeilson Luiz dos Santos, mais conhecido como Dedé, foi morto após uma troca de tiros no Rio de Janeiro com a polícia local. Dedé estava foragido após inúmeros crimes, entre eles, tiros contra um fórum na cidade de Areia Branca, assalto violento as visitantes no Parque dos Falcões junto à morte de aves e o assassinato de um policial em um interior do estado.

Foram encontradas as categorias: substantiva, relativas ao produto, relativos ao público e relativos à concorrência.

A primeira categoria, substantiva, fala sobre a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia. A segunda categoria, relativa ao produto, essa categoria aborda a atualidade, onde essas

notícias devem se referir aos acontecimentos mais próximos ao momento de transmissão do noticiário ou impressão do jornal.

A terceira categoria, relativo ao público, essa categoria também abrange o interesse público e do público, a estrutura narrativa. A quarta e última categoria, relativa à concorrência, fala sobre como as notícias são selecionadas por que os concorrentes farão o mesmo, estabelecendo parâmetros profissionais, ideologias da notícia e bom senso.

Nota-se que as notícias foram apenas informadas, não existe nenhum tipo de estudo feito pelo jornalista sobre o caso. A notícia poderia trazer informações que fariam com que ela se tornasse mais próxima do povo sergipano, a dupla suspeita era sergipana? Há quanto tempo estavam foragidos? Quais os próximos passos para capturar o suspeito que ainda está foragido? O corpo de Valdeilson Luiz dos Santos foi encaminhado para Aracaju?

Se tivesse sido realizada uma entrevista com o delegado responsável pelas ocorrências aqui em Sergipe, provavelmente ele teria mais informações a agregar na matéria, e aumentaria a qualidade das notícias.

A prisão no Rio de Janeiro se deu através de uma denúncia? A tentativa de prisão foi relacionada aos crimes dele em Sergipe ou ele já estava envolvido com outros crimes lá? Além de tentar contato com delegados em Sergipe, poderia ter sido realizada uma tentativa de contato com os responsáveis pelo caso lá no Rio. Mais uma vez, o critério referente à concorrência prova que, na corrida de ser o primeiro a dar a notícia, antes dos concorrentes, os jornais e jornalistas deixam passar detalhes importantes que enriqueceriam o conteúdo para o leitor.

Figura 5

Porte de arma é um direito do cidadão de bem?

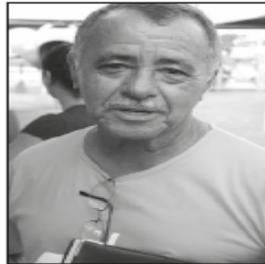
Projeto que libera posse de armas divide opiniões entre sergipanos

Greyc Andrade
da equipe JC

O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), quer que o projeto (PL 3722/12), que revoga o Estatuto do Desarmamento (lei 10.826/03), seja colocado em pauta no Plenário durante o esforço de votação em torno do tema segurança pública.

O projeto, também chamado de Estatuto de Controle de Armas de Fogo, pretende facilitar a posse de armas em casa pelos cidadãos, retirando a exigência de que seja comprovada a necessidade da arma. Segundo Fraga, essa avaliação é muito subjetiva. Pelo texto, seriam mantidas as exigências de não ter antecedentes criminais, comprovar curso de tiro e fazer exame psicotécnico.

Entre outras mudanças, o texto também reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a compra de armas no país. Atualmente, a posse de armas é permitida somente a quem atesta necessidade da arma (a justificativa é avaliada pela Polícia Federal) e comprova, por meio de documentos, estar formalmente empregado, ter residência fixa, não ter antecedentes criminais nem estar respondendo a processos judiciais. Além disso, ainda é



ANTÔNIO Teixeira
assistente administrativo

preciso apresentar atestados de aptidão técnica e psicológica.

O JORNAL DA CIDADE ouviu algumas pessoas sobre o assunto e as opiniões são divergentes quanto ao uso de armas de fogo para qualquer cidadão. Confira:

"Sou totalmente a favor do porte de arma para os cidadãos de bem. Ter uma arma é uma maneira de se proteger. Do jeito que o país está, uma das soluções para inibir a violência pode ser através de uma arma de fogo", Antônio Teixeira, assistente administrativo.

"Sou contra. A violência está muito grande, mas uma arma não vai inibir isso. Pelo contrário, vai gerar ainda mais violência. Por mais que tenha

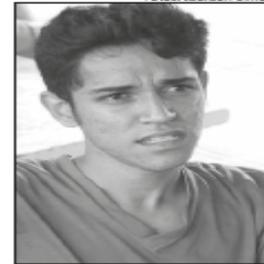


JOSINETE Silva
balconista

critérios para o uso, a gente sabe que no Brasil as leis sempre são burladas", Josinete Silva, balconista.

"Os policiais já não estão dando conta de tanta bandidagem, por isso acredito que deixar o cidadão de bem ter uma arma ajudaria a evitar os assaltos, por exemplo. Sabendo que a gente está armado, os bandidos iam pensar duas vezes antes de fazer algum mal", Jefferson dos Santos, comerciante.

"Estamos com um dos piores índices de violência do país, só os bandidos estão armados e o cidadão de bem fica refém da marginalidade. Com critérios preestabelecidos, como um teste psicológico, acredito que



JEFERSON dos Santos
comerciante

pode ser possível facilitar o porte de arma", Arthur Cardoso, estudante.

"Não acho que seja seguro dar uma arma para a população. Todo mundo está cansado de saber que não se resolve violência com violência. Os problemas do país vão muito além de armar as pessoas", Maria Eanis, agente de limpeza.

"O país precisa de uma reforma completa das leis, da segurança pública. E o problema da violência não é só de segurança, é social. Infelizmente, este projeto tem ganhado apoio popular, principalmente dos jovens, mas isso não vai resolver o problema", Elisa Fernandes, bióloga.

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Porte de arma é um direito do cidadão de bem? - 02 de março

A matéria a ser analisada aborda a tão polêmica liberação do porte de arma para a população. É fato que a violência tomou proporções inimagináveis, mas o uso de arma para a população ainda é um assunto que levanta polêmica. Durante a produção da matéria, algumas pessoas foram ouvidas sobre o tema e as opiniões são as mais diversas.

Os homens entrevistados acreditam que sim, que pode haver uma melhoria na segurança e que é um direito do cidadão de bem ter como se proteger da criminalidade com o porte de arma. Já as mulheres entrevistadas, acreditam que não deveria ser liberado, tendo em vista que isso não resolveria o problema e sim uma nova legislação e investimento em segurança e educação para a população.

Na análise foram encontradas as categorias de critérios substantivos e relativos à concorrência. A primeira categoria fala sobre impacto sobre a nação, o interesse nacional, a relevância e a significação do acontecimento num futuro

próximo. Na segunda categoria encontrada, essa categoria abrange o interesse público e do público.

Durante a análise foram encontradas faltas de dados como o número de homicídios por arma de fogo no estado de Sergipe e o número de apreensões de arma de fogo também no estado. Para contextualizar, também deveria ter sido aplicado uma pesquisa em lugares, como os Estados Unidos¹, onde o porte de arma é liberado, para saber o impacto disso na sociedade.

Apesar de ser importante ouvir a população em caso como esses, deveriam ter sido consultados, além do deputado, que é a favor da liberação, outros especialistas que mostrem o outro lado da liberação do porte.

Figura 6



O JUIZADO de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher aderiu à "X Semana da Paz em Casa". Iracy Manguiera: violência tem que ser erradicada

Violência doméstica: 600 processos serão julgados

Do dia 5 a 16 de março, serão realizadas 60 audiências por dia

Lais de Melo
DA REPÓRTER

A semana iniciou com uma prioridade no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVD-FCM): julgar o máximo de processos de casos nesse sentido. Serão realizadas 60 audiências por dia durante o período de 5 a 16 de março, e a ação faz parte da "X Semana da Paz em Casa", iniciada nesta segunda-feira, 5, e com uma programação extensa de combate à violência contra a mulher.

De acordo com a juíza coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe, Iracy Manguiera, esse tipo de violência tem que ser erradicado, e por isso serão priorizados os julgamentos de violência doméstica.

"A maneira de o judiciário contribuir com isso é conferindo efetividade na tramitação

desses processos e promovendo julgamentos dentro da maior brevidade de tempo possível. A ideia é dar celeridade aos julgamentos para que a resposta venha mais rápida. Nós sabemos que geralmente nesse tipo de crime, como são pessoas que protagonizam relações de afeto, muitas das vezes a situação de conflito continua acontecendo, por isso a necessidade de darmos uma resposta rápida", explica a juíza.

A Semana pela Paz em Casa acontece não só em Sergipe, mas, em todos os Estados da Federação. Se trata de uma ação pautada pelos Conselhos Nacionais de Justiça. Além das audiências de julgamento, também serão realizadas ações de fortalecimento da rede de atendimento à mulher.

"As sentenças, para que sejam efetivadas, precisam tam-

bém contar com acolhimento por esta rede de proteção da mulher vítima de violência. Portanto, vamos trabalhar para a inserção da mulher em programas de reingresso no mercado de trabalho, por exemplo. É importante também contarmos com a saúde para que as notificações compulsórias dos casos de violência doméstica aconteçam de fato, para que o sistema de justiça possa fazer o processo e efetivamente chegar numa punição, além de também trabalharmos as políticas destinadas ao próprio autor da violência", ressalta a juíza Iracy.

Ainda de acordo com a juíza, existem grupos reflexivos para debater a questão do agressor, que também precisa de um olhar. "Ainda que ele rompa o ciclo de violência com a mulher que judiciale-

lizou o conflito, em outros relacionamentos ele poderá repetir. Precisamos fazer com que ele tenha um novo significado da maneira de se relacionar, para que ele não fique perpetuando relações violentas", reitera.

Os esforços serão concentrados e o trabalho será feito em sistema de mutirão no JVD-FCM. O objetivo principal é a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha. "A Lei foi muito positiva. Hoje a mulher denuncia mais, tem um instrumento a favor dela, e a gente já caminha para um novo desenho de relações. Porque eu quero crer num modelo de sociedade em que a gente não venha precisar da Lei Maria da Penha, e que homens e mulheres possam conviver em paz e protagonizando relações de igualdade e respeito", avalia a juíza.

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Violência doméstica: 600 processos serão julgados – 06 de março.

A violência doméstica é um assunto pouco falado comparando com a quantidade de vezes que isto acontece todos os dias. Nada mais é que um tipo de violência por parte de uma pessoa a outra do meio familiar, sendo ela violência contra a criança, contra mulheres, idosos e etc.

A matéria se inicia relatando a quantidade de julgamentos que aconteceriam durante o período de 05 a 16 de março. Durante o texto é realizada uma entrevista com uma juíza e responsável pelo evento que esclarece como o judiciário tem contribuído para o tema e fala mais algumas informações relacionadas

ao evento, explicando sobre a semana pela Paz em casa e sobre a lei Maria da Penha.

Durante a análise do texto foram encontradas três categorias correlacionadas aos critérios de noticiabilidade. A primeira categoria encontrada, substantiva, essa categoria abrange a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia.

O impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultural, quantidade de pessoas no acontecimento, a relevância e a significação do acontecimento num futuro próximo.

A segunda categoria, relativa aos meios de comunicação, está diretamente associado a todos os critérios de relevâncias relativas ao público, quer quanto à finalidade de entretê-lo e de lhe fornecer um produto interessante, quer quanto ao propósito de não cair no sensacionalismo, de não ultrapassar os limites do bom gosto, da privacidade, da decência, entre outros.

Ele fala também sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado e o formato que fala sobre limite espaciotemporais que caracterizam o produto informativo, facilitando e conferindo maior rapidez a escolha da notícia.

A terceira categoria encontrada, critérios relativos ao público, fala sobre a disponibilidade de materiais e características do produto informativo, saber o quão acessível é o acontecimento para a apuração e para o trato dos jornalistas.

A matéria analisada fala sobre 600 casos que serão analisados em 60 sessões diárias por um período de tempo, mas não fala sobre o número total, sobre a crescente denuncia dos fatos. São apresentados números, mas apenas números sobre o evento em si, o texto não apresenta um número geral de casos aguardando análise, julgamento e atenção, não fala se as denúncias aumentaram e em quanto aumentou.

Poderia ter sido abordado à média de idade das denunciantes, o local, como município, bairro e etc. Se dessas denunciantes elas chegam a ir ao hospital. Fala sobre uma parceria com a saúde, mas só para catalogar casos ou para um auxílio para que as mulheres denunciem o agressor assim que chegar na unidade hospitalar.

A matéria fala sobre a importância de grupos de reflexão para os denunciados, mas não fala onde ficam localizados esses grupos e a eficácia desse método. Poderia ser abordada também a quantidade de homens que agridem em mais de um relacionamento, ou seja, mais de uma namorada ou esposa, pois, mesmo que não seja de conhecimento público, o número de reincidentes é grande.

Figura 7

SE registra cinco casos de feminicídio neste ano

A SSP divulga dados em relação à violência contra a mulher no Estado

Lais de Melo
DA COLUNA

Em 12 anos de existência da Lei Maria da Penha, inserida no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe, já encaminhou cerca de 10 mil inquéritos policiais de violência doméstica e aproximadamente cinco mil medidas protetivas, sendo que apenas duas foram descumpridas e se transformaram em casos fatais. Somente esse ano já foram feitos 506 Boletins de Ocorrência, 189 se transformaram em inquéritos policiais. Os números são da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (Ceacrim) da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (SSP) e foram divulgados ontem, 8, no Dia Internacional da Mulher.

De acordo com os dados do Ceacrim, em 2017 foram registrados seis casos de feminicídio no Estado, e em 2018, apenas entre os meses de janeiro e fevereiro já foram cinco crimes que levaram à morte de mulheres. Além disso, foram registrados 63 homicídios dolosos em 2017, sendo 27 ocorridos na região metropolitana e a maior parte no interior do estado, com 37 casos. Segundo a delegada geral da SSE Katarine Feitosa, a grande meta da Secretaria é levar o conhecimento para as mulheres do interior, para encorajá-las a denunciar mais.

"Essa é a nossa grande meta. Empoderar a mulher, encorajar e mostrar que ela é um sujeito de direitos e que ela pode sim denunciar. A gente tem que conscientizar essa mulher. Muitas desconhecem até mesmo a existência da medida protetiva. Muitas acham que não vai dar em nada, ou tem vergonha de procurar a polícia. Muitas vezes a vítima acha que é culpada e que merece a agressão. Então, isso tem que ser trabalhado", ressalta a delegada.

A violência doméstica faz parte da cultura brasileira e precisa ser combatida. A denúncia pode ser um fator prin-



ESTE ANO já foram feitos 506 boletins de ocorrência, que resultaram em 189 inquéritos policiais. Renata Aboim: "O pano de fundo da violência doméstica é o machismo, é a sensação de posse que o homem tem em cima da mulher"

cipal para acabar, ou ao menos diminuí-la. Para a delegada da Mulher, Renata Aboim, apesar dos números apresentados nos últimos 12 anos da Lei Maria da Penha, ainda assim não são números reais, já que muitas mulheres não denunciam.

"Sabemos que na realidade esse número é ainda mais alto. Diferentemente dos casos de furto, homicídio, roubo, os quais as pessoas normalmente denunciam e registram, a violência doméstica não funciona dessa forma. As mulheres muitas vezes não denunciam, passam a vida inteira vivendo a situação de violência. E outras denunciam após muitos anos e muitos episódios de violência. Os números são altos, mas, sabemos que ainda não é um número real", afirma a delegada.

Entre as ocorrências registradas, as maiores são de violência doméstica, ameaça, injúria, difamação, lesão corporal leve, lesão corporal culposa na direção do veículo, vias de fato, dano, perturbação da tranquilidade e até mesmo casos de calúnia entram no rol de violência contra a mulher. Entre esses tipos de violência, a doméstica está em primeiro lugar, com 256 ocorrências no município de Estância, 281 em Itabaiana e 321 em Lagarto. Na Delegacia Especial de Proteção à Mulher, o tipo de violência com o maior número de ocorrências registradas em 2017 foi o de ameaças, com 915. A solução de erradicação desse tipo de violência pode estar na educação, segundo Aboim.

"Na minha opinião o trabalho principal a ser feito é na

educação. É a conscientização das mulheres para que elas nunca aceitem serem dominadas, comandadas, controladas pelos homens, porque se elas não permitirem isso no começo, a relação não vai seguir adiante e não vai haver o problema. O pano de fundo da violência doméstica é o machismo, é a sensação de posse que o homem tem em cima da mulher, então ele muitas vezes já tem outras pessoas, trai, agride, não trata ela bem, e quando ela resolve romper, ele não aceita, e aí passa a atormentá-la. Então, para mim, o que vai resolver isso é educar as nossas crianças. É uma questão de respeito. A violência doméstica começa de uma forma muito sutil. Se a pessoa atentar para ela e romper desde o início, ela não vai adiante", acredita a delegada.

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: SE registra cinco casos de feminicídio neste ano – 09 de março.

Olhando a manchete, algumas pessoas podem ter a curiosidade de ler o conteúdo e conhecer mais sobre o tema feminicídio. Este termo é dado a assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. A matéria inicia-se com uma pequena informação sobre a lei Maria da Penha e os trabalhos que a Delegacia da Mulher e o Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) vêm tendo.

Com o desfecho das informações pode notar que o jornalista obteve informações de outros setores como a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (Ceacrim) e conversou com a delegada-geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado, Karina Feitosa. Analisando esta matéria, é perceptível a

existência de quatro categorias, a substantiva, relativa ao meio de comunicação, relativa ao público e relativa à concorrência.

A primeira categoria encontrada durante a análise, a substantiva, abrange a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia.

O impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultural, quantidade de pessoas no acontecimento e a relevância do fato.

A segunda categoria, relativa ao meio de comunicação, fala sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado e o formato que fala sobre limite espaciotemporais que caracterizam o produto informativo, facilitando e conferindo maior rapidez a escolha da notícia.

A terceira categoria, relativa ao público, abrange o interesse público e do público. A quarta e última categoria encontrada, relativa a concorrência, esclarece que algumas notícias são selecionadas por que os concorrentes farão o mesmo, estabelecendo assim parâmetros profissionais, ideologias da notícia e bom senso.

Durante a análise foram encontradas algumas problemáticas a serem explicadas como qual a diferença entre injúria, calúnia e difamação? Também poderia ter sido explicado por que de 506 boletins prestados, só 189 viraram inquérito? Falta de pessoal? A mulher retira a queixa? O que acontece para que tão poucos casos vão adiante? Por que em 2017 foram registrados apenas seis casos de feminicídio enquanto foram registrados 63 homicídios dolosos?

A delegada no texto afirma que poucas mulheres chegam a denunciar ou denunciam tempos depois por acharem que não vai dar em nada, mas como os números provariam ao contrário?

Mais uma vez, a utilização de um gráfico ou uma tabela exemplificaria para a população esses dados. Dados esses que não são explorados e os que contêm no texto estão soltos e apenas contam caracteres, mas não dizem muito.

Figura 8

Aracaju é a 18ª em ranking de violência

Capital está entre as cidades mais violentas do mundo e é a 6ª com maior índice de homicídios do país

O Brasil é o país com o maior número de cidades entre as 50 áreas urbanas mais violentas do mundo, segundo ranking divulgado nesta semana pela organização de sociedade civil mexicana Segurança, Justiça e Paz, que faz o levantamento anualmente com base em taxas de homicídios por 100 mil habitantes (veja lista completa abaixo).

São 17 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes listadas no ranking, que é encabeçado pela mexicana Los Cabos (com 111,33 homicídios por 100 mil habitantes em 2017) e pela capital venezuelana, Caracas (111,19).

Natal (RN) aparece em quarto lugar, com 102,56 homicídios por 100 mil habitantes - para se ter uma ideia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera uma taxa acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes como característica de violência epidêmica.

Outras cidades brasileiras que aparecem no ranking são Fortaleza (CE), Belém (PA), Vitória da Conquista (BA), Maceió (AL), Aracaju (SE), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Salvador (BA), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Macapá (AP), Campos de Goytacazes (RJ), Campina Grande (PB), Teresina (PI) e Vitória (ES).

Fortaleza, em especial, é destacada no relatório por sua taxa de homicídios ter subido 85% entre 2016 e 2017 - de 44,98 para 83,48.

O crescimento da violência em cidades menores - e, sobretudo, do Norte e Nordeste brasileiros - alarma especialistas há mais de uma década. Como o Brasil não investiga seus homicídios (mais de 90% deles ficam impunes), é difícil identificar com total certeza as relações de causa e consequência no que diz respeito à violência urbana.

Mas estudiosos do tema apontam fenômenos como guerra de facções criminosas, avanço do tráfico de drogas e crescimento urbano sem a oferta de serviços de segurança eficazes como alguns dos motivos mais prováveis para a explosão da taxa de homicídios em cidades outrora pacatas.

Em grandes capitais, onde pode haver maior número absoluto de homicídios, a taxa é menor, já que resulta do cálculo do total de assassinatos dividido pelo tamanho da população. São Paulo, por exemplo, teve taxa de 9,02 homicídios por 100 mil habitantes em 2017; o Rio, que vive uma crise de segurança pública, viu sua taxa crescer de 29,4 em 2016 para 32 homicídios por 100 mil habitantes no ano passado.



O LEVANTAMENTO feito por sociedade civil mexicana é baseado nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Em Aracaju, no ano passado, houve 560 assassinatos

América Latina

O ranking mostra ainda que a América Latina é o continente com o maior número de cidades violentas do mundo: das 50 listadas no ranking, apenas oito não são latino-americanas.

Doze das cidades estão no México, país que vive anos de enfrentamentos entre cartéis de drogas e forças de segurança.

Los Cabos, uma das cidades mais turísticas do país, entrou pela primeira vez na lista já assumindo o topo do ranking. Segundo o relatório da Segurança, Justiça e Paz, Los Cabos passou de 61 homicídios em 2016 para 365 em 2017. Reportagem de 2017 do jornal The New York Times diz que a cidade virou um "paraíso para turistas e um inferno para moradores", em grande parte por conta de brigas de gangues que disputam entre si o controle de rotas viárias e pontos de venda de drogas.

Acapulco, também no México, aparece em terceiro lugar do ranking por apresentar um cenário semelhante. Segundo a Segurança, Justiça e Paz, o país não tem "uma ação para a erradicação sistemática das milícias privadas e dos grupos criminosos e permitiu que a impunidade chegasse aos piores níveis já registrados".

Há também cinco cidades venezuelanas com as maiores taxas de homicídio do mundo, no momento em que o país enfrenta uma grave crise política e aguda escassez de alimentos, medicamentos e bens básicos.

A organização mexicana destaca, porém, a dificuldade em obterem-se dados estatísticos oficiais confiáveis na Venezuela: "Quatro milhões de venezuelanos deixaram o país, mais da metade deles nos últimos três anos", diz o relatório. "Como resultado, as estimativas oficiais de população não são reais, nem as taxas de homicídio baseadas nelas - mas sim mais altas".

A surpresa hondurenha

Mas nem tudo são notícias ruins: em muitas das violentas cidades centro-americanas, a taxa de homicídios caiu.

O principal destaque nesse ponto é San Pedro Sula, em Honduras, que caiu do terceiro para o 26º posto do ranking entre 2016 e 2017. Os homicídios caíram 54% em apenas um ano.

"Essa mudança extraordinária não ocorreu por acaso, mas sim por resultado de um esforço do governo em erradicar células criminosas, agir contra delitos (...) cometidos pelas gangues e colocar ordem nas prisões", diz o relatório.

Três cidades brasileiras que figuravam no ranking de 2016 deixaram de aparecer em 2017. São elas: Curitiba (PR), Goiabá (MT) e São Luís (MA).

A Segurança, Justiça e Paz diz que elabora o ranking com "o objetivo político cidadão de chamar atenção à violência nas cidades, sobretudo na América Latina, para que governantes se vejam pressionados a cumprir com seu dever de proteger os governados e garantir seu direito à segurança pública".

A organização usa como critério a taxa de homicídios por 100 mil habitantes oficial em cidades de 300 mil habitantes ou mais, além de fontes jornalísticas e informes de ONGs e organismos internacionais.

São excluídas do levantamento cidades de países em conflito bélico aberto, como Síria, Iraque, Afeganistão e Sudão, sob a justificativa de "a maioria das mortes violentas (nessas cidades) não corresponderia à definição universalmente aceita de homicídio, mas sim mortes provocadas por operações de guerra, segundo a classificação da OMS".

(Da BBC de Londres - <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>)

AS 50 CIDADES MAIS VIOLENTAS

Posição	Cidade	País	Homicídios	Habitantes	Taxa (por cem mil habitantes)
1	Los Cabos	México	365	328.245	111,33
2	Caracas	Venezuela	3.387	3.046.104	111,19
3	Acapulco	México	910	853.646	106,63
4	Natal	Brasil	1.378	1.343.573	102,56
5	Tijuana	México	1.897	1.882.492	100,77
6	La Paz	México	259	305.455	84,79
7	Fortaleza	Brasil	3.270	3.917.279	83,48
8	Victoria	México	301	361.078	83,32
9	Guayana	Venezuela	728	906.879	80,28
10	Belém	Brasil	1.743	2.441.761	71,38
11	Vitória da Conquista	Brasil	245	348.718	70,26
12	Culiacán	México	671	957.613	70,10
13	St. Louis	Estados Unidos	205	311.404	65,83
14	Maceió	Brasil	658	1.029	63,94
15	Cape Town	Sul da África	2.493	4.004.793	62,25
16	Kingston	Jamaica	705	1.180.771	59,71
17	San Salvador	El Salvador	1.057	1.789.588	59,06
18	Aracaju	Brasil	560	951.073	58,88
19	Feira de Santana	Brasil	369	627.477	58,81
20	Juárez	México	814	1.448.859	56,16
21	Baltimore	Estados Unidos	341	614.664	55,48
22	Recife	Brasil	2.180	3.965.699	54,96
23	Maturín	Venezuela	327	600.722	54,43
24	Guatemala	Guatemala	1.705	3.187.293	53,49

25	Salvador	Brasil	2.071	4.015.205	51,58
26	San Pedro de Sula	Honduras	392	765.864	51,18
27	Valencia	Venezuela	784	1.576.071	49,74
28	Cali	Colômbia	1.261	2.542.876	49,59
29	Chihuahua	México	460	929.884	49,48
30	João Pessoa	Brasil	554	1.126.613	49,17
31	Obrégón	México	166	339.000	48,96
32	San Juan	Porto Rico	169	347.052	48,70
33	Barquisimeto	Venezuela	644	1.335.348	48,23
34	Manaus	Brasil	1.024	2.130.264	48,07
35	Distrito Central	Honduras	588	1.224.897	48
36	Tepic	México	237	503.330	47,09
37	Palмира	Colômbia	144	308.669	46,65
38	Reynosa	México	294	701.525	41,95
39	Porto Alegre	Brasil	1.748	4.268.083	40,96
40	Macapá	Brasil	191	474.706	40,24
41	Nova Orleans	Estados Unidos	157	391.495	40,10
42	Detroit	Estados Unidos	267	672.795	36,69
43	Mazatlán	México	192	488.281	39,32
44	Durban	África do Sul	1.396	3.661.911	38,12
45	Campos de Goytacazes	Brasil	184	490.288	37,53
46	Nelson Mandela Bay	África do Sul	474	1.263.051	37,53
47	Campina Grande	Brasil	153	410.332	37,29
48	Teresina	Brasil	315	850.198	37,05
49	Vitória	Brasil	707	1.960.213	36,07
50	Cúcuta	Colômbia	290	833.743	34,78

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Aracaju é a 18ª em ranking de violência – 09 de março.

Aracaju já entrou em diversos rankings sobre violência. Este último foi o mais extremo. A cidade foi considerada a 18ª mais violenta em 50 analisadas na América Latina.

Durante a análise da matéria foram encontradas três das cinco categorias de Mauro Wolf (1995), são eles: categoria substantiva, critérios relativos ao meio de comunicação e relativos à concorrência.

A primeira categoria encontrada, os critérios relativos ao meio de comunicação, fala sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado.

A segunda categoria, relativos à concorrência, explica que algumas notícias são selecionadas pelo simples fato de que os concorrentes farão o mesmo, estabelecendo parâmetros profissionais, ideologias da notícia e bom senso.

A terceira categoria, substantiva, abrange a importância e o interesse da população na notícia através do grau de importância das pessoas envolvidas e o peso das organizações sociais que amplia a visibilidade da notícia.

O impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultural, quantidade de pessoas no acontecimento, a relevância e a significação do acontecimento num futuro próximo.

Durante a análise, podemos observar que o texto fala e mostra a tabela ao leitor, mas, o texto não tem um foco em Aracaju, que aparece na lista. Ele fala de forma geral e é isso, apenas isso. Cadê uma palavra do secretário de Segurança Pública? Do governador? Ou da população ao saber dessa colocação da cidade num ranking mundial? Em rankings anteriores qual a colocação de Aracaju? Melhorou ou piorou?

Foi realizada apenas a chamada sobre a presença de Aracaju, mas não foi abordada e explicada no texto o porquê. Não houve atenção para esse fato, que deveria ser o mais importante nesse caso.

Figura 9

QUEDA DE FIO/PROPRIÁ

Tiro pode ser a causa

Na noite do último sábado uma tragédia abalou a população do bairro Remanso, no município de Propriá, na região do Baixo São Francisco (SE). Milena Rayane Silva Santos (foto) morreu eletrocutada após ser atingida por um fio da rede elétrica. De acordo com testemunhas, o rompimento se deu após um suposto tiro.

De acordo com a polícia do município, uma grande parcela das testemunhas ouvidas contou uma versão semelhante da noite do incidente. Segundo elas, momentos antes do fio se partir foi ouvido um disparo de

arma de fogo, entretanto, estas pessoas ouvidas não souberam identificar quem teria efetuado o suposto disparo.

A fiação rompida foi encaminhada à Criminalística para ser analisada e a partir do laudo obtido estabelecer se o rompimento foi mesmo causado por interferência humana. O delegado do município, Antônio Wellington, pediu celeridade na apuração. A população pode ajudar o caso denunciando o suposto atirador por meio da delegacia do município, ou através do Disque Denúncia 181.

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Tiro pode ser a causa – 10 a 12 de março.

A matéria que será analisada a seguir fala sobre a morte de uma criança no município de Propriá, que foi causada pela queda de um fio de alta tensão. Porém as testemunhas do caso relatam que ouviram um tiro e que o tiro provavelmente foi o causador do rompimento do fio. Ninguém viu quem atirou. Através de outras informações, um jovem tentou salvar a criança e acabou ficando em estado grave, porém, na matéria acima não foi incluso este fato.

Desde o mês de janeiro pelo menos quatro mortes foram registradas por queda de cabo de alta tensão. A matéria não contém informações sobre se a energisa foi contatada, ou sobre quando o fio vai ser repostado no local. Também não existem registros sobre o estado de saúde do jovem que tentou salvar a criança, nem mesmo foi citado na matéria a existência deste garoto ou de qualquer outra pessoa que tenha presenciado o ocorrido.

Durante a análise da matéria foram encontradas quatro das cinco categorias de Mauro Wolf (1995). A primeira categoria, relativo ao produto, fala sobre o quão acessível é o acontecimento para a apuração e para o trato dos jornalistas, brevidade, informações curtas, porém suficientes para serem noticiadas.

Outro critério que essa categoria aborda é a atualidade, onde as notícias devem se referir aos acontecimentos mais próximos ao momento de transmissão do noticiário ou impressão do jornal. A média de notícias para esse fato é de 24 horas.

A qualidade da notícia também entra nessa categoria, ele remete a ação, ritmo, caráter exclusivo e clareza da linguagem, além do equilíbrio, até por que a noticiabilidade de certos fatos depende da quantidade de uma determinada categoria de acontecimentos que já existe no produto informativo.

A segunda categoria encontrada é a de critérios relativos ao meio de comunicação, ele fala sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado e o formato que fala sobre limite espaciotemporais que caracterizam o produto informativo, facilitando e conferindo maior rapidez a escolha da notícia. Tendo em vista que na época do acontecimento do fato, muitos fios elétricos estavam se soltando dos postes e fazendo vítimas em vários locais do estado.

A terceira categoria, critérios relativos ao público, abrange o interesse público e do público. A quarta e última categoria, critérios relativos à concorrência. Algumas notícias são selecionadas por que os concorrentes farão o mesmo, estabelece parâmetros profissionais, ideologias da notícia e bom senso. Essa categoria fala de critérios que desencorajam inovações na seleção das notícias que poderiam suscitar objeções por parte dos níveis hierárquicos superiores, levando a coberturas informativas semelhantes entre noticiários.

Poderia ainda ter sido abordado que, em Sergipe, ocorreram outras mortes devido à queda de fio de energia² neste primeiro semestre de 2018.

² <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/ministerio-publico-vai-apurar-responsabilidade-da-energisa-sobre-queda-de-fios-de-alta-tensao.ghtml>

Figura 10

Itabaiana tem uma morte violenta a cada dois dias

Neste mês já foram assassinadas cinco pessoas na cidade serrana

A cidade serrana, Itabaiana, registrou esta semana mais um assassinato com o uso de arma de fogo. A vítima desta vez foi José Luís Oliveira de Jesus, de 43 anos de idade, morto a tiros no povoado Terra Ver-

melha, no momento em que deixava o local de trabalho para ir almoçar.

José conduzia uma motocicleta no momento dos disparos e caiu assim que foi atingido, vindo a óbito no local. Ele é natural de Frei

Paulo, mas residia no povoado Pé do Veado, em Itabaiana. A motivação e autoria são desconhecidas, e o caso será investigado pela Polícia Civil do município serrano.

Somente no mês de março, o município já registrou cinco

homicídios. No total, ao longo de 2018, Itabaiana já possui o registro de 26 mortes violentas, sendo um latrocínio (roubo seguido de morte) e 25 homicídios, uma média de quase uma pessoa assassinada a cada dois dias.

Fonte: Jornal da Cidade

Matéria: Itabaiana tem uma morte violenta a cada dois dias – 16 de março

A matéria que será analisada fala sobre um assassinato na cidade de Itabaiana. A vítima da vez, José Luís Oliveira de Jesus, morava em um povoado da cidade. Em Itabaiana, no ano de 2018, já foram registrados 26 mortes violentas, sendo um latrocínio e 25 homicídios, uma média de quase uma pessoa assassinada a cada dois dias.

Durante a análise foram encontrados critérios substantivos, relativos ao meio de comunicação, relativos ao produto, relativos ao público e relativos à concorrência. A primeira categoria abrange o impacto sobre a nação e o interesse nacional, a proximidade geográfica ou afinidade cultura, quantidade de pessoas no acontecimento, a relevância e a significação do acontecimento.

A segunda categoria, os critérios relativos ao produto, fala sobre a disponibilidade de materiais e características do produto informativo, saber o quão acessível é o acontecimento para a apuração e para o trato dos jornalistas, brevidade, informações curtas, porém suficientes para serem noticiadas. Outro

critério que essa categoria aborda é a atualidade, onde as notícias devem se referir aos acontecimentos mais próximos ao momento de transmissão do noticiário ou impressão do jornal. A média de notícias para esse fato é de 24 horas.

A terceira categoria encontrada, os critérios relativos ao meio de comunicação, ele fala sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado. A quarta categoria abrange o interesse público e do público.

A quinta e última categoria é a de critérios relativos à concorrência. Algumas notícias são selecionadas por que os concorrentes farão o mesmo, estabelece parâmetros profissionais, ideologias da notícia e bom senso.

Esta notícia poderia conter um gráfico ilustrando o aumento nos homicídios que estão ocorrendo na região desde o início do ano, e também um gráfico comparativo da mesma época no ano anterior. Entrevistas com a polícia, tentar entender e transcrever para o leitor o posicionamento da segurança pública sobre os acontecimentos preocupantes. Conversar com moradores a fim de relatar (sem ultrapassar o bom senso) o ponto de vista deles sobre tanta violência.

Quadro comparativo

Após identificar as categorias dos critérios de noticiabilidade com base em Wolf (1995), foi criada uma tabela para uma maior visualização dos critérios mais utilizados e assim entender o que poderia também ter entrado nos textos.

Na tabela abaixo, pode-se observar que a categoria substantiva tem uma presença de 90% nos textos analisados, já as categorias relativas ao público e ao meio de comunicação, aparecem em um total de 70% das análises como poderá ser observado na tabela abaixo.

Com isso, podemos chegar à conclusão que, o Jornal da Cidade opta por utilizar critérios e matérias que falem sobre o que está próximo ao leitor, pelas pessoas envolvidas, pelo impacto na população e se era ou não interesse público e do público. O que é justificado, pois, o mesmo é um jornal de alcance estadual e não regional, onde a maior importância se deve aos acontecimentos mais próximos, acontecimentos que conversam com o seu leitor.

Matérias a nível nacional entram no caderno também, mas quando existe um destaque maior e que implique com a população sergipana ou que seja de fato, algo bastante chamativo e que será publicado por todos os meios de comunicação do país.

Critérios / Textos	Categoria substantiva	Relativos ao produto	Relativos ao meio de comunicação	Relativos ao público	Relativos à concorrência
Texto 01	X	X	X	X	
Texto 02	X			X	
Texto 03	X	X	X		
Texto 04	X	X		X	X
Texto 05	X				X
Texto 06	X		X	X	
Texto 07	X		X	X	
Texto 08	X		X		X
Texto 09		X	X	X	X
Texto 10	X		X	X	X

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de conteúdo do Jornal da Cidade, tendo como ponto de análise os critérios de noticiabilidade utilizados nas matérias foi concluído que o Jornal utiliza de forma satisfatória os critérios explicados por Wolf (1995) em capítulos anteriores.

A categoria mais utilizada para a seleção de matérias no JC foi a categoria substantiva. Essa categoria que fala sobre proximidade, impacto e quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, foi encontrada em 90% das matérias, ou seja, é um critério que é apresentado ao público de forma abundante, pois ele fala com o público e sobre o público que tem acesso ao texto.

Outras categorias bastante encontradas foram as de critérios relativos ao público e os critérios relativos aos meios de comunicação. Critérios esses que apresentam os interesses públicos e do público e como o jornalista vê o seu leitor. Ele fala também sobre a frequência do acontecimento de um fato, que se refere ao lapso temporal necessário para que o assunto tome forma e adquira significado, como a morte do rapaz por choque causado por um fio caído de um poste de energia, esse fato havia acontecido algumas vezes em poucos dias e isso chama atenção.

Poderiam ter sido mais utilizadas às categorias relativas ao produto e a concorrência. Obviamente muitas matérias foram pensadas nos concorrentes, mas foi observado uma falta de utilização dos materiais disponíveis para a construção da notícia. Também foi observado que quando houve a utilização desses critérios, os materiais recolhidos foram utilizados de forma rasa, de forma bem simples, foi mais ou menos, 1+1 é igual a 2 e pronto. Ao invés de explicar por que essa equação dá esse resultado, os números foram jogados nos colos dos leitores.

É claro para todos que com a internet, as notícias voam e alcançam proporções inimagináveis, e por conta disso os jornais têm relaxado no zelo da notícia, da conversa com o leitor. Também se sabe que hoje com tantas informações ninguém quer ler mais textos longos, apenas o lead, mas é dever do jornalista explicar, mesmo que em três linhas, o que aconteceu de forma clara.

Ainda é possível observar uma utilização de longos textos no jornal impresso, talvez para manter a diferença entre a rapidez da internet, mas em textos sobre o ranking em que Aracaju se encontra na violência, existem muitas palavras e

nenhuma explicação, nenhum sentido, não fala nada com nada. É só uma página lotada de números, sendo que eles são assustadores, com infinitas possibilidades para se trabalhar, mas que, talvez pelo excesso de função do jornalista, se definiu em apenas um CTRL+C e CTRL+V do texto mundial.

O título assusta o leitor, mas não fala necessariamente de Aracaju, fala em um geral. Tudo bem que a segurança no Brasil e no Mundo importa, mas o título sugere que o leitor encontrará um texto explicando o porquê da posição e os crimes que entram para a contagem da lista, mas isso não acontece.

A utilização de imagens também são pontos que foram abordados. Durante a análise pôde-se observar que as imagens ou não foram utilizadas, ou pouco significavam para complementar a leitura. Poderia ter existido uma troca de imagens, no caso, substituir fotografias por gráficos ou a utilização de ambos os casos a intenção seja chamar a atenção do leitor.

Isso se dá, após observação, de um cuidado para evitar imagens que chocam a população, que beire o sensacionalismo. Um cuidado que fala com os leitores que está sendo utilizado o Código de Ética (2007), preferindo fotografias ou a ausência delas, a sangue, morte e corpos.

Apesar de dar aquilo o que o leitor deseja, que é a notícia rápida e direta, o JC não explica, não aprofunda, nem em outros textos depois. Várias edições foram analisadas e cada dia notícias inéditas e a não ser pelo fato de acontecer algo de forma recorrente, como assalto a ônibus ou a queda de fios dos postes, não existe uma continuação, ou uma ligação entre nenhuma matéria observada nesse período.

Ainda sobre o Código de Ética (2007) foi observado, que durante a redação dos fatos não foi utilizado nenhum termo pejorativo ou de julgamento por parte dos jornalistas, afinal, os meios de comunicação estão aqui para contar histórias, relatarem fatos e não para apontar e julgar culpados, esse dever cabe apenas ao judiciário.

Os textos, como em sua maioria não eram assinados por um jornalista, dá a entender que foi escrito por vários redatores e que todos eles usam uma base para noticiar certos casos. Pode-se observar também que, de fato, várias pessoas mechem em um texto, não só por não ter uma assinatura, mas por que não há uma identificação, uma característica de nenhum jornalista no texto.

Para finalizar, foi concluído que, seguindo um padrão dos demais jornais impressos que tentam se adequar a realidade da internet, onde toda notícia é

apresentada de maneira rápida e sem muito aprofundamento, o Jornal da Cidade tenta correr contra não só a concorrência dos demais jornais impressos, mas da internet e o acúmulo de funções pelos jornalistas leva a uma produção rasa e em alguns casos descuidadas na utilização de dados.

Pela falta de tempo e excesso de notícias e tarefas, o jornal tem descuidado ao relatar fatos e ao ilustrá-los para maior entendimento do público, porém quando o faz, segue normas, éticas e goza de credibilidade no meio jornalístico, apesar das falhas encontradas pela análise.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, C. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo.** Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>, acesso em 30/03/2018.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009. 347 p.
ALVES, M. e ADEMIR, L. **Os Enquadramentos na Cobertura da Eleição Presidencial de 2010 do Jornal Estado de Minas-** Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/viewFile/1641/1582> acesso em 30/03/2018.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue.** Um estudo do sensacionalismo na imprensa. Disponível em: <http://www.wejconsultoria.com.br/site/wp-content/uploads/2013/04/Danilo-Angrimani-Sobrinho-Espreme-que-sai-sangue.pdf> Acesso em: 12/04/2018.

AUGUSTO, L. **A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v20n3/0104-6276-op-20-03-00377.pdf> acesso em: 30/03/2018.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo Especializado.** São Paulo, Atlas. 1981.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** 2007. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf Acesso em: 31/03/2018.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder.** Revista Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/seermigrando/ojs/index.php/debates/article/viewFile/2505/1286>
JORNALISMO, Teoria do. **Teoria do Gatekeeper.** Disponível <http://teoriadojornalismouniube.blogspot.com.br/2010/11/teoria-do-gatekeeper.html>. Acesso em: 01 abr. 2018.

KUHN, Byron. **Marrom News: A imprensa Grotesca.** Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1995/2/20561469.pdf> Acesso em: 12/04/2018.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Editora Ática, 1985. 64 p.

LESSA, Maria, SILVA, Ivone. **O Enquadramento Noticioso da Violência na Imprensa de Cuiabá.** Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/resumos/R56-0249-1.pdf> acesso em: 01/04/2018.

LINO, Eduardo; FRANCISCO, Nicole. **Crítérios de Noticiabilidade.** 2010. 10 p. Dissertação (Graduação em Jornalismo)- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, Leiria, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/55827271/Criterios-de-Noticiabilidade-Teorias-da-Noticia>. Acesso em: 07 abr. 2018.

LOPES, Plínio. **O jornalismo policial precisa se reinventar.** Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-jornalismo-policial-precisa-se-reinventar/>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MELÉM, Viviane. **JORNALISMO POLICIAL: Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará. Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia.,** Belém, v. 1, n. 1, p. 26-50, jan. 2011. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/puca/article/view/94>. Acesso em: 08 abr. 2018.

MOREIRA, Aline. ROCHA, Heitor. **Análise da Linguagem dita Popular no Jornalismo Impresso e as Ameaças do Discurso Sensacionalista para a Sociedade – Caso Aqui PE.** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2436-1.pdf>. Acesso em: 12/04/2018.

P, J. Jornalismo Policial. Disponível em: <<http://jornalismopolicial.blogspot.com.br/2008/05/jornalismo-policial.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/17281064-Enquadramentos-da-midia-e-politica.html> acesso em 01/04/2018.

QUEIROZ, José. **Jornalismo Policial: O equilíbrio das fontes na apuração da notícia**. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/depto-comunicacao-social-producao-discente/arquivos/0301jornalismo_policial_o_equilibrio_das_fontes_na_apuracao_da_noticia.pdf. Acesso em: 12/04/2018.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, v. II, n. 1º, p. 95-107, jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SILVA, Valéria Sinésio da. **O lugar do crime no jornal: Uma análise da cobertura policial do jornal da Paraíba**. 2016. 100 p. Dissertação (Pós-graduação em Jornalismo)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/9621/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SOUZA, Anamaíra. **Jornalismo policial sensacionalista: entre a audiência e a função social**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1123-1.pdf>. Acesso em: 12/04/2018.

SUL, Se Liga. **O que são e quais são os critérios de noticiabilidade**. Disponível em: <<https://zonasuldorj.wordpress.com/2016/11/23/o-que-sao-e-quais-sao-os-criterios-de-noticiabilidade/>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**, 2a ed., Lisboa: Quimera, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4ª. ed. Lisboa: Presença, 1995. 247 p.

APÊNDICE
PRÉ-PROJETO

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ANA CAROLINA MATIAS SANTOS
JULIANA KELLY ARAÚJO FLORÊNCIO SANTOS

Análise de conteúdo policial no Jornal da Cidade

**Aracaju - SE
2018**

**ANA CAROLINA MATIAS SANTOS
JULIANA KELLY ARAÚJO FLORÊNCIO SANTOS**

Análise de conteúdo policial no Jornal da Cidade

Pré-projeto de Pesquisa apresentada à Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo.

ORIENTADOR
Profa. Polyana Bittencourt

**Aracaju - SE
2018**

SUMÁRIO

1 TEMA	03
2 INTRODUÇÃO	04
3 OBJETIVOS DA PESQUISA	07
4 QUESTÕES NORTEADORAS	08
5 ESTADO DA ARTE.....	09
5.1 A CONTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....	09
5.2 ENQUADRAMENTO DA NOTÍCIA	11
5.3 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE	12
5.4 JORNALISMO POLICIAL	14
5.5 NARRATIVA NO JORNALISMO POLICIAL	17
5.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO	19
6 PROCESSOS METODOLOGICOS.....	21
7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

1. TEMA

Jornalismo Policial

- 1.1. **Delimitação do tema:** Analisar os critérios de noticiabilidade utilizados nas notícias policiais do caderno B do Jornal da Cidade, no período de do dia 24 de fevereiro a 16 de março de 2018.
- 1.2. **Problema:** Como se aplica a teoria do enquadramento nas notícias policiais no Jornal da Cidade?

2- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de realizar uma análise de conteúdo do enquadramento e construção das notícias policiais vinculadas no Jornal da Cidade do dia 24 de fevereiro de 2018 ao dia 16 de março do mesmo ano, foram escolhidas 10 notícias vinculadas dentro desses dias. Trabalhando o aspecto central do princípio de informação, será observado como se dá a construção de uma notícia e os processos de produção, divulgação e o consumo das informações no segmento policial a partir da teoria do enquadramento/critérios de noticiabilidade.

Além de analisar a construção da notícia, será observado como é aplicado o enquadramento nas matérias policiais que irão ser estudadas, com a finalidade de compreender os procedimentos para a organização das notícias e a seleção das mesmas através de gêneros das narrativas e dos critérios de noticiabilidade.

Ainda será conceituada a história do Jornalismo Policial, sua chegada no Brasil e o gênero de narrativa, que pode ser reconhecida pela imprensa como uma forma de organizar os fatos.

Não existe data exata para o surgimento do jornalismo, porém, os historiadores atribuem as suas primeiras aparições no Império Romano, através dos folhetins de Júlio César chamado Acta Diurna, que era utilizado para divulgar as batalhas e conquistas pessoais do Imperador, no intuito de se promover cada vez mais (SOUZA, 2008).

Posteriormente, tivemos uma evolução na tecnologia quando na Idade Média é inventada a prensa de papel pelo Alemão Johannes Gutenberg, facilitando o trabalho, antes feito manualmente, passando a ser feito por máquinas, tornando-se mais ágil, amplo e barato. Foi nesta era que muitos cientistas declararam a prensa de papel o salto da Idade Média para a Era da Renascença, despertando o mundo para o jornalismo profissional (SOUZA, 2008).

O jornalismo policial é a especialização que mais trabalha com o fenômeno social chamado violência. Podemos notar que os meios de comunicação de massa passaram por uma crescente quantidade de matérias vinculadas sobre a violência que assola ao nosso redor. Podemos citar, por exemplo, que em um caderno de cidades em um jornal local encontram-se, em maioria, as notícias sobre assaltos, assassinatos e delitos criminosos. O jornalismo policial sempre esteve

presente nos jornais impressos. Foi escolhido o Jornal da Cidade por ter uma abordagem de conteúdo policial que agradou a dupla.

A escolha de estudar dez notícias publicadas, a partir do dia 24 de fevereiro de 2018 ao dia 16 de março foi feita a partir de uma triagem onde foram separadas as matérias jornalísticas e textos de assessoria mais conhecidos como releases, através de pesquisas aos sites de Secretaria Estadual de Segurança Pública, onde houve a comparação dos textos, a fim de saber se eram releases das notícias publicadas pelo órgão. Foram selecionadas notícias produzidas pelo Jornal da Cidade.

A mídia passou a ser utilizada como contra poder e ficou conhecida como quarto poder no Estado democrático, enquanto que a liberdade de imprensa se consolidou importante e imprescindível na luta da democracia na nossa sociedade (GAURESCHI, 2007). Dessa forma, a população sempre recorre aos meios de comunicação para informarem, se informarem e criarem opiniões sobre o que tem acontecido no mundo e principalmente, na sua região, na sua cidade e seu bairro.

Com isso, o jornalismo impresso traz para o público as notícias com outro olhar, com mais detalhes e em alguns casos, com mais credibilidade, por se tratar de um meio de comunicação mais antigo e que já estabeleceu um público e credibilidade com a população.

Um dos deveres do Jornalismo policial é noticiar, desvendar mistérios e fatos ocultos através de estudos, apuração dos fatos e conversas com testemunhas, vítimas – se for o caso – e fontes oficiais relacionadas ao assunto que será abordado. É sempre um assunto muito esperado pela população, pois, diz respeito a todos. É de suma relevância estudar e analisar o jornalismo policial e a cobertura utilizada em casos policiais, para que, através deste estudo, seja possível notar como as notícias são publicadas/divulgadas, o trabalho de construção, o enquadramento e critérios utilizados para a seleção de um material tão vasto, visto que, todos os dias têm diversos acontecimentos policiais no estado.

A Ética é a ciência que delimita as regras comportamentais do homem na sociedade. Em todos os âmbitos jornalísticos, existe o dever de seguir as instruções do código de Ética do Jornalismo para que possam se apropriar do devido direito de informação, conduta e responsabilidade do profissional. É de suma importância utilizar o código de ética, pois, ele busca manter dignidade, honestidade e honra dos seus profissionais.

Mesmo com a chegada das novas mídias digitais, o jornal impresso continua tendo um papel de grande importância no meio de comunicação. Pautado com vigor e responsabilidade, sempre narra suas informações, transformando os acontecimentos em notícias, respeitando o código de ética. Diferente das redes digitais, não é qualquer notícia que é divulgada e vinculada, isso faz com que as fake News sejam mais difíceis de habitar as notícias e reportagens no impresso.

Nesse contexto, matérias de cunho policial que sempre causam grande impacto na sociedade necessitam de maior atenção na apuração de todos os fatos no qual este foi inserido, pelo fato que o jornalismo tem grande poder de influência no corpo social e pode ditar o rumo de uma comunidade. Isso faz com que jornais impressos, pela sua estrutura, não se revestirem de tanto sensacionalismo como os demais meios de comunicação.

No entanto, os meios de comunicação também têm enfatizado os aspectos da violência até como forma de audiência seja o meio que for. E o presente estudo visa analisar como o Jornal da Cidade busca fazer a comunicação de matérias de extrema relevância social e o papel desse jornalista.

Segundo Goffman (2006), o conceito de enquadramento se dá pelo relacionamento dos fatos noticiosos com os indivíduos que irão receber a notícia. A análise deste relacionamento é realizada particularmente em cada sujeito que recebe a notícia, com o objetivo de descobrir como é o envolvimento particular dele com a dada informação social. O enquadramento faz parte de um sentido mais amplo de compreensão do jornalismo, implicando diretamente com a ação jornalística na construção da realidade social, através dos acontecimentos reais, histórias do cotidiano realmente vividas.

Será realizada uma análise de conteúdo para ter um real e profundo desdobramento da realidade fática, analisado através de estudos e pesquisas bibliográficas de tipo qualitativo, visto ser necessário um destrinchamento concreto das matérias e, explicativo, em virtude de minuciar e esclarecer. Serão utilizados os autores Rodrigo Alsina (2009), Viviane Melém (2011) e Nilson Lage (2006).

3 - OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 Objetivo Geral

- ✓ Elaborar uma análise de conteúdos na construção e enquadramento das notícias policiais vinculadas no caderno de B do Jornal da Cidade, no período de do dia 24 de fevereiro a 16 de março de 2018.

3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Realizar estudo das matérias selecionadas;
- ✓ Compreender os processos da informação eficaz, seleção e construção da matéria;
- ✓ Explicar os critérios utilizados para publicação das notícias;
- ✓ Realizar análise de conteúdo para entender o enquadramento no jornal.

4 - QUESTÕES NORTEADORAS

Quais os processos de seleção e construção das notícias utilizadas pelo jornal impresso?

Que critérios de noticiabilidade foram aproveitados nas notícias?

Como a teoria do enquadramento é aplicada para a construção da notícia policial?

Existem conflitos quanto a utilização do código de ética na construção e divulgação das notícias?

5 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ ESTADO DA ARTE

5.1 A Construção da Notícia

Desde que a comunicação se tornou massiva, iniciou-se um processo para ser tratada até chegar ao público. Segundo Alsina (2009) o discurso jornalístico passa por três fases que se correspondem, são elas; a produção, a circulação que são os diversos meios de comunicação jornalísticos são capazes de tornar pública todo e qualquer fato, e o consumo ou reconhecimento onde enaltece a teoria dos efeitos e agendamento.

Podemos considerar a notícia como matéria prima do jornalista. Nelas podemos encontrar fatos de um acontecimento do cotidiano. Ainda de acordo com Alsina (2009) a notícia é uma parte do jornalismo que une as informações e conhecimentos sobre determinados assuntos da sociedade. Porém, não basta ser apenas um acontecimento da sociedade, precisa ser uma ocorrência que seja de interesse público e de determinada parte da sociedade, após isso, a informação necessita ser estudada para saber até que ponto ela é confiável e fidedigna.

Antes mesmo de existir a notícia é preciso existir o conhecimento dela, que vem através de uma informação, é algo novo que chega no princípio social. A todo o momento coisas acontecem ao nosso redor, seja bem na frente dos nossos olhos ou a quilômetros de distância, isso é chamado de realidade ou fenômeno social. Este acontecimento é relatado através de informações as organizações jornalísticas que iniciam o processo de tratamento do acontecimento até o momento que ele se torna a notícia.

Na passagem do acontecimento para a notícia, a primeira diferenciação que faço é que o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração do sistema. (ALSINA, 2009, p. 45)

Simploriamente, autor fala nesta citação, que enquanto o acontecimento é o fenômeno de ter a consciência, compreensão e entendimento da existência de um fato, a notícia, propriamente falando, é a produção ou criação deste fato no sistema de informação. Contudo, o jornalismo tem o dever de transmitir ao público, os fatos de um acontecimento que são transformados em notícia, mas de forma alguma, no caminho dessa construção de informação, ele poderá acrescentar algo que se

distância da realidade social, é necessário manter os recortes dos eventos com a maior veracidade possível, o ato de produzir a informação e tratá-la de forma correta e com credibilidade é um exercício profundo.

Uma característica para um bom acontecimento se tornar notícia é o assunto ser atual e de conhecimento social. É indiferente o caminho que o comunicador tomará para chegar a obter as devidas informações para sua matéria, no entanto, para uma notícia ter credibilidade, é importante que o comunicador obtenha suas informações de fontes oficiais e confiáveis, a fim de transmitir totalmente os dados coletados para um entendimento geral do telespectador ou leitor.

Uma notícia é relevante quando afeta diretamente o cotidiano de uma massa na sociedade. A população pode obter informações de uma mesma notícia em um telejornal, no rádio ou em jornais impressos, além das páginas jornalísticas na internet. Para que o cidadão possa compreender a notícia de forma completa, o comunicador lança o conceito de algum fato e logo depois as informações concebidas.

Alsina (2009) ainda diz que um sistema de comunicação recebe a informação, faz a seleção, elabora e espalha para os seus receptores. Essas mesmas informações precisam ser centralizadas e responder aos princípios básicos de uma notícia, que é mais conhecida como lead da informação; quem, como, onde, porque e quando ocorreram os fatos. Posteriormente a isso, toda informação necessária é anunciada em uma única notícia.

Para o telespectador, ouvinte, leitor ou internauta, conhecer os processos de construção e produção da notícia tornam-se irrelevante quando se já tem a notícia como um todo, porém, ela deve ser percebida como uma obra-prima dos jornalistas que podem ser conhecidos como construtores da realidade social, trazendo a possibilidade do receptor interpretar o texto produzido de forma pessoal. (Alsina, 2009).

5.2 Enquadramento da Notícia

Durante uma roda de conversa, durante um diálogo são contadas histórias e acontecimentos, porém elas são sempre contadas de acordo com a perspectiva de quem a conta. Certa ou errada não importa, aquele que a escuta,

aquele que a absorve, toma para si como conhecimento e respectivamente compartilha a informação com terceiros. Bem assim é na notícia. Diversos fatos acontecem na sociedade, porém o jornalista escolhe o que será noticiado, o que será compartilhado, no caso do jornal impresso, com seus leitores. É de acordo com o enquadramento (GOFFMAN, 1986), que o jornalista utilizar que será definido como o fato será compartilhado com a população.

Enquadramento é basicamente a forma como a notícia é organizada, como os fatos são colocados à disposição do leitor. Uma forma de hierarquização dos acontecimentos. Segundo Brewer, Graf e Willnat (2003), o enquadramento guia como as pessoas entendem o mundo e, assim, formam julgamentos acerca dos assuntos apresentados pelos meios de comunicação.

O jornalismo desde o início é conhecido como um meio de manipulação da população, de forma boa ou ruim, pois em sua maioria, existe uma grande participação dos donos dos meios de comunicação na política, assim, a escolha do enquadramento pode ser explicada pela interação de normas e práticas jornalísticas e a influência de grupos de interesses (GAMSON e MODIGLIANI, 1987 apud SCHEUFELE, 1999 apud GÓES, 2014).

O enquadramento no jornalismo dispõe de alguns fatores como, normas sociais, interesses de grupos, orientação e ideologias políticas. Fatores esses que são explicados dentro dos critérios de noticiabilidade.

Para McCombs (2002) os assuntos levantados pela mídia possuem numerosas características que, quando são transmitidos, passam por uma seleção onde algumas são enfatizadas e outras negligenciadas, em diferentes graus (McCOMBS et al., 2000).

A utilização do enquadramento seleciona, recorta a realidade, diz como as pessoas devem observar tais acontecimentos, já que nunca, como citado anteriormente, uma história é contada do ponto de vista geral, que englobe de fato todo o acontecimento. Por exemplo, em uma utilização de força extra da polícia em um mandado de prisão. Apenas é relatado, em sua maioria, o excesso de força utilizado e não o porquê dele ter sido necessário naquele momento, visto que, em um primeiro momento, quem a mídia vai entrevistar, é a vítima ou um familiar da vítima, levando em linha principal a narrativa disposta por um dos presentes.

Após ouvir a versão dos presentes, uma fonte oficial é consultada para a utilização de ambos os lados, mas a manchete divulgada, e que chama atenção da

população, é o uso do excesso de força e autoridade por parte dos policiais. Como dito, esse é um exemplo de um recorte, um enquadramento, utilizado para chamar público. A influência na construção da agenda da mídia e do processo de enquadramento é atenuado em parte pelas preferências dos jornalistas por narrativas dramáticas e pela intervenção do jornalista no lugar onde as notícias ocorrem (PESTALARDO, 2006).

Apesar de ter se criado um mito chamado, imparcialidade, nos meios de comunicação, pouco é utilizado de fato, por que o enquadramento sempre acontece de acordo com a visão de mundo, de vida, crenças e histórico de cada jornalista como também explicado anteriormente por Brewer, Graf e Willnat (2003).

Como a mídia influencia em como e sobre o que a população pensa é dividido em dois níveis de enquadramento e podem ser analisados em dois métodos, quantitativo e qualitativo.

O quantitativo para definir a quantidade de tempo e espaço que é utilizado para a notícia onde ela é divulgada, no caso desse trabalho de conclusão de curso, no jornal impresso, Jornal da Cidade. O qualitativo observa o texto através de uma análise textual que será aplicada, onde observaremos como estão sendo tratadas as notícias policiais pela grande mídia impressa sergipana. Ambos os níveis podem ser utilizados a fim de observar todo o processo realizado até a chegada da notícia a população.

Desta forma, estaremos estudando a teoria do enquadramento, onde o jornalista, utilizando os acontecimentos reais do cotidiano, monta o pensamento que o leitor deve ter, através das informações imprimidas em suas notícias.

5.3 Critérios de noticiabilidade

Todos os dias várias notícias chegam às redações, principalmente as que contêm assunto policial, afinal, em pleno 2017, a violência ganhou proporções inimagináveis em todo o país. Como toda a informação que chega para o jornal não pode ser publicada, são realizadas triagens utilizando os critérios de noticiabilidade como base para definir o que entra ou não, o que deve ser publicado imediatamente ou pode esperar mais um pouco e ser um pouco mais estudado vindo a se tornar uma grande reportagem futura.

Segundo Nelson Traquina (2007), os fatos são noticiáveis porque representam a inconsistência e a imprevisibilidade, e esses acontecimentos têm significados para a população. Para o jornalista Mário Erbolato (1981), deveriam ser respeitados os seguintes critérios de seleção para a publicação de matérias: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, consequências, entre outros.

Ainda segundo Traquina (2005), as notícias sobre mortes incitam um grande interesse na população, se tornando assim vital para o fazer jornalístico. Por isso, o autor explica que onde ocorrer morte, a presença jornalística para a realização da cobertura é garantida e este um valor-notícia que se torna primordial para o trabalho do jornalista.

O jornalismo policial tem ganhado cada dia mais e mais destaque na mídia, além da grande quantidade de acontecimentos sobre este assunto, o crescimento exponencial de grupos e páginas nas redes sociais onde se expõe durante todo o dia mais fatos e fatos, influência a mídia tradicional a contar os acontecimentos, mesmo que cotidianos, para não perder a credibilidade.

Certamente, essas páginas são criadas e não administradas por jornalistas formados. O público e os administradores em sua grande maioria são pessoas indignadas com a significativa onda de violência e a ausência do poder público e que buscam meios alternativos para se informarem sobre o que acontece próximo a sua área de convivência.

O que é um fato que deixa claro ao observarmos páginas de notícias não oficiais, sobre o tratamento que a notícia recebe, a falta de triagem e de critérios de noticiabilidade que os jornalistas tanto utilizam e assim, em alguns casos, deixa de noticiar certos acontecimentos, já que mesmo não sendo sobre morte, mas há fator financeiro, político, que é mais exclusivo, não tão recorrente quanto um assalto ao transporte público em Aracaju. Tornando assim, assaltos um assunto que não deixa de ser importante, mas que se tratado diariamente, como fato exclusivo, ficará saturado. Em alguns casos, trazendo até um pânico a população.

Assim, os critérios de noticiabilidade descritos por Erbolato (1981), entram nesses casos justamente para dar chance a outros assuntos que de fato, são de utilidade pública. Assuntos como fraude política, aumento na conta de energia,

gasolina, operações tapa buracos, entre outros, também devem ter espaço dentro dos meios de comunicação, afinal, nem tudo é violência.

5.4 Jornalismo policial

A história do jornalismo policial começa quando, segundo JP (2008), jornais sensacionalistas nos Estados Unidos e na Inglaterra passam a circular reportagens policiais na metade do século XIX. No mesmo século, agora na França, começaram a surgir os *canards*, jornais populares de uma página. O termo que denominou os folhetins significa conto absurdo ou fato não verídico.

Segundo Melém (2011), em 1808 começa a história da imprensa no Brasil começa com a chegada da família real portuguesa e a criação, na época Imprensa Régia, da Imprensa Nacional, que foi fundada por D. João. Em 1917, com o crescimento de ocorrências policiais, o jornalismo passou por uma fase inicial onde a versão exposta pela mídia era apenas a versão dada pelos oficiais da época, não dando muita atenção as outras versões de um mesmo fato existente.

Em 1917, a vacância de meninos de rua e o desemprego de negros assolavam o Rio de Janeiro. Na época, os jornalistas do Jornal do Commercio e Jornal do Brasil, focaram seus trabalhos na versão dada pela polícia carioca, deixando em segundo plano a versão das vítimas e acusados dos crimes (MELÉM, 2011, p. 5)

É percebido através da citação, um exemplo claro de como era realizado o jornalismo policial na época no Brasil. Os meios de comunicação citados, o Jornal do Commercio e o Jornal do Brasil, são reflexos do jornalismo que ouvia apenas a fonte oficial na apuração dos acontecimentos, mesmo com o gênero policial em crescimento, e grandes coberturas sendo realizadas nas grandes mídias.

A difusão desse gênero, o policial, começou a ser explorado por vários veículos de comunicação, de fato, após os anos 70, no século XX, período esse considerado o período áureo do jornalismo policial. Ainda segundo Viviane Melém, foi em 1977 que esse tipo de reportagem ganhou mais credibilidade e conhecimento do público. Essa credibilidade se deu por dois motivos: a matéria publicada pela Revista Veja, sobre a morte de Claudia Lessin Rodrigues, reportagem essa ganhadora do prêmio Esso, e a abolição do AI-5, que permitiu assim, um tom mais crítico nas matérias policiais veiculadas na mídia.

AI-5 foi o quinto ato institucional decretado durante a Ditadura Militar (1964-1985), pelo então presidente da época, Arthur da Costa e Silva, no ano de 1968. Esse ato dava ao presidente o poder de interceder nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais, proibia manifestações populares de caráter político, impunha censura prévia a jornais, revistas, livros, peças de teatros, música, entre outros decretos. Durante o governo do ex-presidente Ernesto Geisel, em 1978, foi extinto o AI-5. (SUA PESQUISA, 2017)

Com o fim do AI-5 e o aumento da violência nas ruas cada vez maior, foi necessário virar uma maior atenção para o gênero policial, mesmo que ainda tenha grandes resquícios do jornalismo sensacionalista, que foi o grande pontapé para que esse tipo de notícia ganhasse de fato notoriedade. O jornalismo policial se destacou e ganhou uma maior apuração de fatos e mais seriedade com o passar dos anos, se tornando uma categoria tão importante quanto caderno de política nos jornais.

O jornalismo sensacionalista, como o nome diz, sempre foi regado ao exagero e a utilização da gozação em alguns casos para relatar acontecimentos sérios, afinal, jornalismo policial é um jornalismo que deve ser sério, assim como os outros, por se tratar de acontecimentos que influenciam diretamente na vida dos leitores e até dos próprios jornalistas que cobrem esse tipo de acontecimento.

O tipo de conduta sensacionalista sempre que foi utilizado pela comunicação de massa, teve o intuito de aumentar audiência dos telespectadores e leitores. Obviamente, atitudes assim, podem levar a diminuição do verdadeiro foco do jornalismo, que é levar a assuntos objetivos e de relevância social. O sensacionalismo tem o interesse de chocar o público, e não se preocupa em relatar fatos védicos.

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se, para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de um noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. (ANGRIMANI, 1995, p. 16)

No Brasil também é muito conhecido e utilizado o famoso jornalista porta de cadeia, aquele jornalista que em todo e qualquer acontecimento policial, é o primeiro a estar no local e a grande parte das suas reportagens parte diretamente das delegacias.

Entrevistas com presos, fontes oficiais como delegados, policiais e algumas poucas vezes com as vítimas, que muitas vezes para não serem

identificadas, preferem não dar entrevistas, são a base e o maior interesse desse tipo de jornalistas.

O problema é que a superficialidade da cobertura realizada pela mídia tradicional não contribui para a busca de soluções coerentes para reduzir a criminalidade e produz pouca pressão sobre as autoridades governamentais, que se limitam a procurar os suspeitos de sempre (SACRAMENTO, 2015)

Em Aracaju mais precisamente, no programa Tolerância Zero da TV Atalaia, afiliada da Rede Record, aconteceu um caso onde o entrevistador tentou conseguir algumas palavras para a reportagem com o ladrão, mas o que o entrevistador não havia notado, é que o rapaz já estava morto, após um enfrentamento com a polícia.

5.5 Narrativa no jornalismo policial

Nilson Lage (2006) afirma que a narrativa utilizada pela imprensa é uma forma de arrumar os fatos, como, por exemplo, através de um tempo de acontecimento. Isso é feito porque o leitor já se acostumou com uma ordem utilizada em outras mídias de massa, a exemplo da televisão e do cinema. Lage (2006), ainda afirma que são utilizadas três fases no processo de produção da notícia: a seleção dos fatos é a primeira, seguida pela observação dos eventos e no final a nomeação às coisas.

No jornalismo policial, Roland Barthes (2008) explica que diferentemente da narrativa literária onde as pessoas são levadas a entender o porquê daquilo acontecer, onde se cria um cenário para o crime, já na jornalística, é buscada criar um “efeito real”, com verossimilhanças com o real.

Cristina Ponte (2005), complementando o que Barthes fala, explica que, no caso da narrativa literária, o autor tende a revelar no texto o contexto em que aquela história ocorreu, dando ao leitor elementos suficientes para solucionar o problema citado no texto. Já na narrativa jornalística essa contextualização simplesmente não existe, sendo mostradas informações fragmentadas.

O jornalismo como um todo, tem um método de montagem de notícias padrão e organização dos fatos, conhecido como pirâmide invertida. A pirâmide é formada pelo título – que dá nome à matéria –, subtítulo e ante título, lide – texto

intermediário que apresenta uma breve ideia do que será abordado no texto, apresentando as informações mais importantes – e o corpo do texto – onde o acontecimento, a matéria de fato é desenrolada com a apresentação e explicação dos fatos –, como é mais utilizado no meio jornalístico.

A linguagem utilizada pelo veículo tem como objetivo falar direto com o leitor. Trazer o leitor para a situação com linguagens populares como gírias, principalmente durante a fala de algum entrevistado para contextualizar a situação. A fidelidade das palavras utilizadas pelo entrevistado é importante para manter a proximidade e a identidade daquele que fala.

Papel fundamental no trabalho jornalístico, principalmente na cobertura policial – onde o público-alvo não é, segundo pesquisas, especialista em gramática – é saber que linguagem e termos usar ao descrever os fatos. Não basta apenas escrever corretamente – que obviamente, tem que ser inerente a todos os jornalistas – mas também fazer uso de palavras de fácil compreensão, nada de termos técnicos, neologismos ou adjetivações. (MELÉM, 2011, p. 24)

Certamente, a linguagem sofre alterações de acordo com a base de leitores que consomem os conteúdos publicados pelo jornal de fato. O texto mais rebuscado, cheio de palavras consideradas difíceis, são em sua maioria, publicados onde o público-alvo terá o discernimento para entender o que está sendo posto diante dele. Diferente do tipo de meio de comunicação utilizado como exemplo acima, existe os mais popularescos, que são conhecidos como os mais sensacionalistas, que usam e abusam de chamadas e imagens consideradas de baixo calão, com o interesse de chamar assim atenção de leitores.

São esses jornais que mais expõem crimes, de forma sanguinária, com praticamente nenhum respeito à vítima e acusado, além das famílias dos envolvidos nos casos. Como é exposto por Danilo Angrimani (2008), no livro *espreme que sai sangue* (1994), onde ele fala sobre a essência e abordagem desse tipo de jornalismo.

Existem reportagens, como as citadas na revista *Veja*, onde são contadas histórias dentro do gênero policial, mas a linguagem utilizada para contar fatos e a narrativa das histórias, tem um linguajar mais rebuscado, devido aos leitores, que em sua maioria são pessoas com maior escolaridade, interpretação e assim, conseguem entender o que é exposto pelo jornalista sem muita dificuldade, mesmo quando uma palavra ou outra destoam do vocabulário diário de qualquer pessoa.

5.6 Análise de Conteúdo

Bardin (2002) explica que a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos” (BARDIN, 2002, p.9). Os discursos jornalísticos são constantemente analisados de diversas formas, através de comparação e uma observação dos acontecimentos de modo geral, podemos descobrir como é realizada a utilização dos enquadramentos para a construção das notícias.

Em artigo, Mayura Leal e Hélio Afonso Etges (2006), explicam que o processo de análise de conteúdo é dividido em três fases, pré análise, exploração do material e a interpretação dos dados obtidos.

A pré-análise consiste em estipular um programa de ação, ou seja, organizar documentos de análise, formular as hipóteses e objetivos que baseie a interpretação final. Na segunda fase é realizada a exploração do material de análise. A partir daí, o que foi feito na pré-análise é aprofundado, codificado em função de definições previamente estabelecidas. O último momento é a interpretação dos resultados obtidos. Nessa fase permite-se estabelecer resultados, descobertas através das informações obtidas pela análise. (LEAL. ETGES,2006, p. 7)

Os critérios de noticiabilidade são alguns dos fenômenos da criação da notícia e do enquadramento que são analisados. Segundo o autor (Mauro Wolf apud Viviane Melém) os valores-notícia de seleção estão ligados aos critérios adotados pelos jornalistas para selecionar os fatos que serão transformados em notícias. O que nos leva mais uma vez a teoria do enquadramento. É ele quem define, basicamente, o que entra e sai em uma notícia, em um texto informativo que conta a população, ao leitor o que aconteceu.

Analisar o conteúdo das notícias, explica, porque e como são publicadas daquela forma. A escrita e a abordagem dos assuntos são aspectos importantes na construção de uma análise, afinal, a escrita é a base, o início do processo, a utilização, organização das palavras, das informações, expõem qual a intenção do jornalista ao apresentar aquela matéria, aquele texto ao seu público.

Sendo assim, nas dez matérias selecionadas, publicadas pelo Jornal da Cidade, no caderno B, sobre acontecimentos policiais, serão analisadas um padrão abordagem de notícias, de critérios e enquadramentos utilizados para contar o fato a sociedade.

6 – PROCESSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão destrinchados os procedimentos metodológicos do projeto de pesquisa. De forma simplificada, as etapas e estratégias que usaremos para alcançarmos o nosso trabalho de finalização do curso estarão impressas aqui, nos processos metodológicos. Esse passo a passo contribuirá para a realização do trabalho final do curso.

6.1 Tipo de Pesquisa

Esse projeto de pesquisa implica em realizar uma análise de conteúdo do enquadramento, ética e critérios de noticiabilidade utilizados nas notícias policiais do Jornal da Cidade. Durante a pesquisa, será abordado como se dá à construção e produção da notícia, os processos de organização da informação, as fontes utilizadas, a objetividade das notícias e os desafios do jornalismo informativo no jornal impresso. A escolha por estudar o jornalismo policial do folhetim seu deu pela grande relevância que o mesmo tem na comunidade local, sendo reconhecido por todos os outros jornais impressos, televisivos, radiofônicos e assessorias de comunicação. Esta análise será explicada e descrita no projeto de conclusão do curso, para isso, é preciso escrever os métodos que levarão a realização da pesquisa.

A pesquisa tem uma abordagem explicativa, onde se busca uma maior proximidade com o tema e, a qualitativa, que se perfaz em um levantamento de dados e comportamento, sendo necessária para analisar conteúdos já quantificados.

Este tipo de pesquisa não necessita de enfoque nos métodos estatísticos, pois, de acordo com Rodrigues (2011), a pesquisa qualitativa não contém procedimentos estatísticos porque sua utilização não abrangeria a complexidade dos problemas como os levantamentos de dados, compreensão e interpretação das condutas, opiniões e expectativas do problema que irá ser estudado.

Esta pesquisa realizará uma análise de conteúdo, registros das matérias como prints – imagens –, interpretação e análises com o intuito de descrever e comparar os fenômenos na atualidade com análises já realizadas por estudiosos da área.

Contém coleta bibliográfica que é indispensável, uma vez que, fornecerá os conhecimentos teóricos que nortearão o trabalho de pesquisa. Essas informações teóricas partem principalmente de livros, artigos periódicos, revistas, arquivos e materiais em PDF disponibilizados na Internet.

Todavia, como todo trabalho de pesquisa, segundo Silva (2008), algumas medidas precisam ser tomadas para o bom desenvolvimento deste trabalho, e algumas considerações precisam ser levadas em conta. É necessário nos atentarmos somente em trabalhos relacionados aquilo que buscamos estudar, e utilizar do maior número de material bibliográfico publicado. Devemos expandir a pesquisa, de modo que não usaremos apenas de livros científicos, mas também recorreremos a outras fontes de análise.

O trabalho será realizado através de métodos de estudo de caso, que conforme Yin (2001) é uma estratégia de pesquisa para compreender os métodos que abrangerão as coletas e análises de dados. É basicamente um estudo empírico que tem como objetivo estudar e buscar identificar determinada teoria, tendo as entrevistas como uma das mais importantes e pontuais fontes, que busca esclarecer as decisões que irão ser tomadas ao longo do trabalho.

Este estudo de caso esclarecerá as problemáticas impostas em nosso projeto sobre Análise de conteúdo das notícias policiais no Jornal da Cidade, assim, podemos explicar se existem conflitos quanto ao uso do código de ética, os critérios de credibilidade, os processos de seleção e construção da notícia e aplicação da teoria do enquadramento.

Justamente por serem assuntos e acontecimentos atuais, foi escolhido o estudo de caso para trabalhar nesse projeto. Mesmo que não explique completamente a realidade, o estudo de caso vai ajudar a fazer um recorte, ajudando a compreender melhor o que acontece de fato. Segundo Tybel (2017), mostra-se no mínimo oportuno escolher a abordagem qualitativa. Isso caso o pesquisador seja a ferramenta principal de interpretação.

Portanto, os meios mais indicados para a realização e conclusão do projeto, visando conseguir resultados satisfatórios, é o uso do estudo de caso através de uma pesquisa qualitativa.

Posteriormente a isso, será feita uma análise das dez notícias que foram selecionadas do Jornal da Cidade. Esta análise será realizada a partir dos objetos de estudo de Bardin (2011), que são; pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. Ainda seguindo o raciocínio do autor, serão analisados os critérios de noticiabilidade utilizados em cada notícia.

7 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

ATIVIDADE	SEMESTRE 2018/1				
	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Análise e adequações pré-projeto	X				
Revisão da literatura escolhida	X	X	X		
Coleta dos dados das notícias escolhidas		X	X		
Análise de conteúdos		X	X		
Apresentação a banca de qualificação					X

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, p. 16 1995

DEFLEUR, Melvin, BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa**. 5. edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FUCCIA, Eduardo Velozo. **Reportagem Policial – Um Jornalismo Peculiar**. Brasil: Realejo, 2008.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 2003.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. 4º. ed. Aracaju: Grupo Tiradentes, 2011. 211 p.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**, 2a ed., Lisboa: Quimera, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ZANFRA, Marco Antonio. **Manual do Repórter de Polícia**. São Paulo, 2007.

ZANFRA, Marcos. **Manual do Repórter de Polícia**. [S.I.]: Marco Antônio, 2007. 73 p.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em:
http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf.
 Acesso em: 02 nov. 2017.

MELÉM, Viviane. **JORNALISMO POLICIAL: Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará**. Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia, Pará, p. 26-50, jun. 2011.

P, J. **Jornalismo Policial**. Disponível em:<<http://jornalismopolicial.blogspot.com.br/2008/05/jornalismo-policial.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PESQUISA, Sua. **AI-5 (Ato Institucional Número 5)**. Disponível em:
 <<https://www.suapesquisa.com/ditadura/ai-5.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SACRAMENTO, Marcos. **Como o jornalismo policial ajuda o crime organizado e o surgimento de figuras como Datena**. Disponível em:
 <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-o-jornalismo-policial-ajuda-o-crime-organizado-e-o-surgimento-de-figuras-como-datena/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SARDINHA, Antonio Carlos. **O USO DE FONTES NA COBERTURA POLICIAL NO JORNALISMO ONLINE NO AMAPÁ: ESTUDO DOS SITES G1 AMAPÁ E SELESNAFES.COM**. Extraprensa: Cultura e Comunicação na América Latina, São Paulo, p. 177-192, jul. 2017. Disponível em:
 <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/106911/130502>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> . Acesso em: 01 mar.2018.

TAVARES, Frederico M. B. **O jornalismo especializado e a especialização periodística**. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

TYBEL, Douglas. **O Que é Estudo de Caso?**. Disponível em: <<https://guiadamonografia.com.br/estudo-de-caso/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.